

QUILOMBO CAMPO VERDE

MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

Cleide Maria Velasco Magno
Elinete Oliveira Raposo
Terezinha Valim Oliver Gonçalves



**QUILOMBO CAMPO VERDE: MEMÓRIA,
IDENTIDADE E RESISTÊNCIA**

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).

Esta publicação está licenciada sob [CC BY-NC-ND 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof.^a. Dr.^a. Raquel Silvano Almeida-Unespar

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof.^a. Dr.^a. Ilka Kassandra Pereira Belfort-Faculdade Laboro

Prof.^a. Dr. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG

Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves-IFF

Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF

Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA

Prof.^a Dr.^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL

Prof.^a Dr.^a. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA

Prof.^a Dr.^a. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM

Prof.^a Dr.^a. Elane da Silva Barbosa-UERN

Prof. Dr. Piter Anderson Severino de Jesus-Université Aix Marseille

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

Cleide Maria Velasco Magno
Terezinha Valim Oliver Gonçalves
Elinete Oliveira Raposo
Organizadoras

QUILOMBO CAMPO VERDE: MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

1ª Edição

Belém-PA
RFB Editora
2024

© 2024 Edição brasileira
by RFB Editora
© 2024 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

RFB Editora
CNPJ: 39.242.488/0001-07
91985661194
www.rfbeditora.com
adm@rfbeditora.com
Tv. Quintino Bocaiúva, 2301, Sala 713, Batista Campos, Belém - PA, CEP: 66045-315

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Ramalho

Diagramação e projeto gráfico

Worges Editoração

Capa

Cleide Maria Velasco Magno

Revisão de texto

Organizadoras

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos-CRB

8/9166

Produtor editorial

Nazareno Da Luz

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Q6

Quilombo Campo Verde: memória, identidade e resistência / Organização de Cleide Maria Velasco Magno, Terezinha Valim Oliver Gonçalves, Elinete Oliveira Raposo. – Belém: RFB, 2024.

Livro em PDF
72p.

ISBN 978-65-5889-710-1
DOI 10.46898/rfb.410828d0-0fe3-44c9-a404-3404d8bc74bc

1. Quilombos - Brasil - Educação. I. Magno, Cleide Maria Velasco (Organizadora). II. Gonçalves, Terezinha Valim Oliver (Organizadora). III. Raposo, Elinete Oliveira (Organizadora). III. Título.

CDD 305.89081

Índice para catálogo sistemático

I. Quilombos - Brasil - Educação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
CAPÍTULO 1	
AS NARRATIVAS ORAIS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE NA COMUNIDADE QUILOMBO DE CAMPO VERDE	9
Maria Raimunda Nogueira Ferreira Cleide Maria Velasco Magno DOI: 10.46898/rfb.9786558897101.1	
CAPÍTULO 2	
ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO NOVA ESPERANÇA DE CONCÓRDIA DO PARÁ (ARQUINEC): LUTA E RESISTÊNCIA PELA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	43
José Francisco Maciel da Silva Cleide Maria Velasco Magno DOI: 10.46898/rfb.9786558897101.2	
SOBRE OS AUTORES/ORGANIZADORES	69

APRESENTAÇÃO

No cenário educacional contemporâneo, a busca por práticas que promovam a inclusão, a diversidade e a transformação social têm se tornado cada vez mais relevante. Nesse contexto, a presente obra é resultante de uma formação pautada em uma prática sociodiscursiva e interdisciplinar da qual emergem abordagens fundamentais que buscam desafiar e desconstruir as estruturas de poder, colonialismo e opressão presentes nos sistemas educacionais, para construir uma educação mais inclusiva e contextualizada.

Nesse sentido, a história do Quilombo Campo Verde narrada em dois capítulos dá a conhecer que ele representa não apenas um espaço físico, mas uma encarnação viva da memória coletiva, identidade e resistência do povo afrodescendente. Localizado em um cenário rústico e exuberante no interior do Estado do Pará, suas raízes se entrelaçam com a história do Brasil, marcada pela luta contra a opressão e a busca pela liberdade, na qual a educação se tornou instrumento de resistência.

A memória no Quilombo Campo Verde transcende as páginas dos livros de história, pois é oral, viva e pulsante. É transmitida de geração em geração por meio das narrativas dos anciãos, das práticas culturais, das danças, das músicas e das tradições culinárias. Cada pedra, cada árvore, cada caminho carrega consigo as histórias dos que ali viveram e resistiram e recentemente pelas narrativas dos estudantes que recebendo como instrumento de luta – a educação mantém vivo o legado ancestral.

A identidade do Quilombo Campo Verde é multifacetada e resiliente. É forjada pela herança africana, pelos saberes ancestrais, pelas lutas travadas e pelas conquistas alcançadas. É a expressão de uma comunidade que se reconhece e se orgulha de suas origens, que valoriza sua cultura e seus costumes, que se mantém firme diante das adversidades e das tentativas de apagamento de sua história. A resistência é a sua essência desde os tempos mais sombrios da escravidão até os dias atuais, seus habitantes enfrentaram inúmeras formas de violência, discriminação e marginalização. No entanto, em vez de sucumbir ao jugo da opressão, ergueram-se com coragem e determinação, defendendo com sua liberdade, sua dignidade e seus direitos com a arma mais poderosa que conheceram – a educação.

O Quilombo Campo Verde é mais do que um simples agrupamento de casas e famílias. É um símbolo de resistência negra, de luta pela igualdade e justiça social. É um lembrete de que a história do Brasil é também a história dos quilombos. Sua contribuição é inestimável para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva por meio da educação. Honrar sua memória, celebrar sua identidade e apoiar sua contínua luta por autonomia,

reconhecimento e reparação histórica é essencial. Pois enquanto existirem quilombos como esse, a chama da resistência jamais se apagará, e a esperança de um futuro melhor continuará acesa nos corações daqueles que ousam sonhar com um mundo mais justo e igualitário.

A Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Nova Esperança de Concórdia do Pará (ARQUINEC) desempenha um papel fundamental na trajetória do Quilombo Campo Verde. Esta associação não apenas fortalece os laços entre as comunidades remanescentes de quilombo, mas também serve como uma voz unificada na luta pela preservação dos direitos, da cultura e da terra. No contexto da luta pela educação, a ARQUINEC desempenha um papel crucial. Reconhecendo a importância do conhecimento como instrumento de libertação e empoderamento, a associação investe em iniciativas educacionais que visam fortalecer a identidade cultural, promover a inclusão e garantir o acesso à educação de qualidade para as crianças, jovens e adultos de todas as comunidades associadas.

A luta pela educação no Quilombo Campo Verde vai além da mera transmissão de conhecimentos acadêmicos. Os textos aqui apresentados dão conta que, ela engloba também a valorização dos saberes tradicionais, a promoção da autoestima e da consciência crítica, o resgate da história e cultura afrodescendente. Através de projetos educacionais inclusivos e contextualizados, a ARQUINEC busca proporcionar às futuras gerações as ferramentas necessárias para enfrentar os desafios do presente e construir um futuro mais digno e promissor. Assim, a luta pela educação no Quilombo Campo Verde é intrinsecamente ligada à luta pela preservação da identidade, da memória e da autonomia das comunidades quilombolas. É um compromisso com a justiça social, com a equidade e com a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e plural, onde todas as vozes sejam ouvidas e todos os direitos sejam respeitados.

As organizadoras

Cleide Maria Velasco Magno

Terezinha Valim Oliver Gonçalves

Elinete Oliveira Raposo

CAPÍTULO 1

AS NARRATIVAS ORAIS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE NA COMUNIDADE QUILOMBO DE CAMPO VERDE

Maria Raimunda Nogueira Ferreira
Cleide Maria Velasco Magno
DOI: 10.46898/rfb.9786558897101.1

RESUMO

Esta pesquisa é de caráter qualitativo cujo objetivo foi compreender de que maneira ocorreu a construção da identidade do povo residente no quilombo Campo Verde, para responder o seguinte questionamento: em que termos são expressos em depoimentos orais a identidade da comunidade quilombola Campo Verde? Como método, foi utilizada a história oral por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas parte presencial e parte por meio digital, os depoimentos foram organizados e reorganizados para constituir o *corpus* de análise da pesquisa, o qual foi analisado por meio da Análise Textual Discursiva de Moraes e Galiazzi (2007) e sistematizado em categorias. Os resultados foram expressos em termos que designam: O surgimento da Comunidade Quilombola Campo Verde; A ARQUINEC e sua importância no processo identitário do Quilombo Campo Verde; Expressões de Identidade Cultural; De olho no passado com vistas ao futuro. Compreendemos que a construção de suas identidades faz parte de um patrimônio nacional histórico, o qual constitui não só a identidade negra no Brasil, mas a própria constituição identitária brasileira.

Palavras-chave: Narrativas orais. História e memória. Construção identitária. Identidade quilombola Campo verde.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa reúne discussões teóricas e metodológicas para compreender os processos, conhecimentos populares e aspectos narrativos que contribuíram para a construção de identidade dos sujeitos que compõem a Comunidade Quilombola de Campo Verde, localizada na zona rural do município de Concórdia do Pará, nordeste do Pará, a qual foi reconhecida como quilombola em 2010 pela Fundação Cultural Palmares, por meio do Ministério da Cultura.

Os quilombos tiveram origem no período colonial e imperial no Brasil. Devido à violência e as precárias condições de vida, os negros africanos e afrodescendentes escravos fugiam em busca de uma nova forma de viver, constituíam famílias e criavam espaços de comunidades que se expandiram e foram denominados de mocambos ou quilombos.

Desse modo, este texto busca reconhecer e valorizar as narrativas orais locais protagonizadas principalmente, pelos anciões remanescentes de quilombos que vivem na referida comunidade, para explicitar de que maneira estas informações históricas foram fundamentais na construção da comunidade e sua identidade, que se intitula como remanescentes de escravos. Cardoso (2014, p.39), afirma que “a relação entre memória e identidade apontam para a análise acerca da constância ou permanência dos negros nas comunidades [...]”. Desse modo, entendemos que ao falarmos de quilombo devemos compreender que se trata de um território de resistência e de uma constante luta por liberdade, mas também como espaço de convivência, de troca de experiências, de valores, solidariedade e de uma forte

oralidade entre os seus habitantes. Logo, a identidade diz respeito à essência de um povo que se expressa por sua cultura ao longo do tempo.

Portanto, as narrativas orais estão como um ponto de grande potencialidade na formação e identidade das comunidades quilombolas. Nas quais vemos principalmente a transmissão de saberes de conhecimentos, ou seja, as conexões ocorrem e se transformam através da palavra/fala. Assim, entendemos que as narrativas orais constituem o pilar da construção de saberes nessas comunidades, havendo a passagem de tais aspectos de geração para geração.

Nesse sentido, ao observarmos as lacunas existentes nos estudos referentes às narrativas orais quilombolas e a construção de identidade, especificamente no Quilombo de Campo Verde, notamos a viabilidade de um projeto de pesquisa nessa área, visando a busca por compreensão das reflexões que estão presentes na vivência dessas comunidades.

Posto isso, a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada na área, com o propósito de adquirir novos conhecimentos acerca da formação e construção desse quilombo e compreender como essas narrativas contribuíram para que a comunidade se tornasse no que é hoje se faz necessária e para, além disso, há também uma motivação pessoal, como descendente desse quilombo e admiradora das narrativas orais, pressuponho que seja essencial registrar a memória, a cultura local, expresso em depoimentos orais para a futura geração, uma vez que há poucos trabalhos sobre essa temática, sendo que este de fundamental importância para a história do povo quilombola.

Por conseguinte, levantamos o seguinte questionamento: em que termos são expressos em depoimentos orais a identidade da comunidade quilombola Campo Verde? Para responder essa questão traçamos como objetivo geral compreender de que maneira tais narrativas contribuíram para construção da identidade do povo quilombola residente neste local. E como objetivos específicos buscamos na comunidade narrativas que trazem marcas de identidade quilombola; procuramos identificar e explicitar aspectos da identidade cultural como comunidade remanescente de quilombo; para explicitar e divulgar a importância de se valorizar e conservar a memória da comunidade. Para tratar desses aspectos, procuramos uma base teórica que fosse pertinente. De forma que, a seguir, passamos a discorrer sobre essa fundamentação.

2 DELINEANDO COMPREENSÕES

As narrativas orais

Ao desenvolver a presente pesquisa, nos perguntamos várias vezes, o que queremos fazer com as falas ouvidas se no Brasil, assim como em tantos outros países existe uma cultura do silenciamento, do esquecimento ou como outros dizem do mero memorialismo. Como membro de comunidade que luta para se fazer ouvir, quero não apenas ser o eco, porém quero falar, dizer, se for necessário gritar a voz do meu povo.

A história oral pode nos dizer qual a sensação de se estar na fronteira do desenvolvimento. Os autores sugerem que falar é um ato de protesto contra o fato de que as pessoas não são consultadas às vezes suficientes, uma vez que o debate principal ocorre em documentos que não escrevem e em reuniões das quais não participam (LEYDESDORFF, 2000, p. 76).

Todavia, para desenvolver a consciência histórica de modo crítico e criativo é preciso desarticular lógica dominante e resgatando aos grupos dominados condição de sujeitos com direitos a história, como destaca, Barros (2016) para “reconhecer que muitos destes sujeitos não têm acesso a suas próprias representações e que suas experiências, suas vozes não podem ser ouvidas simplesmente como tal”, de formas que, é importante lembrar que as experiências e raízes culturais das comunidades quilombolas no Brasil foram silenciadas na história institucional do Brasil com fins de controle.

Contudo, as comunidades remanescentes de quilombos encontram nas narrativas orais dos sujeitos pertencentes a elas possibilidades de fazer uma releitura de suas identidades, sendo a memória de grande importância para a reescrita de sua história (BARROS, 2016, p.65).

Barros (2016) destaca que nas narrativas de anciãos quilombolas com riquezas de detalhes, “ficaram evidentes as formas de resistência à opressão cultural imposta pelo domínio econômico e cultural da sociedade abrangente, dando origem a um grupo étnico quilombola”. Portanto esse processo de formação identitária é marcado por uma memória de ressentimentos, entretanto, por mais que predomine o sentimento negativo marcado por situações de medo, angústia e, essencialmente, de resistência a essas circunstâncias negativas, também emergem outros sentimentos e atitudes afirmativas, os quais devem ser valorizados nos contextos sócios- históricos dos remanescentes.

Para Leydesdorff (2000), sem esquecer que a história da experiência é também um ato de imaginação e negociação criativa de quem pesquisa, de maneira que estes depoimentos transformam o passado em presente e a memória em realidade. Assim, nas entrevistas não dá para escapar dos limites de seu “nós” cultural, de modo que, “parte da solução é a criação de uma história de vida expressa nos gêneros de migração, nostalgia e antecipação

do futuro, e uma crítica às regras e regulamentos que impedem tal curso”. Logo, a tarefa do pesquisador historiador é identificar este problema e revelar os significados e códigos intrínsecos.

Quilombismo no Brasil: um breve histórico

Para fundamentar essa pesquisa procuramos fazer uma breve síntese sobre as questões históricas do quilombismo no Brasil, de modo particular na Região Amazônica. O Brasil teve uma participação enorme na escravidão de africanos na América latina, segundo Reis e Gomes (2012, p.9), “estima-se entorno de 40% [...], foram os africanos e seus descendentes, a mais de trezentos anos, a força de trabalho que movimentou engenhos, fazendas, minas, cidades, plantações, fábricas, cozinhas e salões [...]”.

No entanto, sabe-se que eles não aceitaram pacificamente a situação como se conhecia ao longo da história, para Reis e Gomes (2012), está claro atualmente que “onde houve escravidão, houve resistência” e suas marcas estão impressas em vários aspectos da cultura do nosso país, tal qual, “na agricultura, culinária, religião, língua, música, artes, arquitetura [...]” Assim, existiram vários tipos de resistências conhecidos, desde o corpo “mole no trabalho” até “a fuga e formação de grupos de escravos fugidos [...]. Os grupos eram conhecidos no Brasil como quilombos e *mocambos* e seus membros quilombolas, *calhobolas* ou *mocambeiros*”. (REIS E GOMES, 2012, p.10).

De maneira geral, Segundo Pereira (2012) as fugas e a maioria das revoltas ocorriam devido à quebra de compromisso e acordos anteriormente acertados, todavia elas poderiam ter diversos significados para o fugitivo por razões do *status* das relações que os indivíduos criavam e ou estavam inseridos, logo existia aquela fuga em que os fugitivos procuravam ao máximo afastarem-se do local onde residiam e trabalhavam, assim como, também existiam:

As fugas reivindicatórias na qual o escravo tentava pressionar o seu senhor a ouvir suas queixas e considerar suas reivindicações. Junto com essas escapadas, existiam empreendimentos mais desafiantes e radicais, chamados de fugas de rompimento [...] que resultaram em insurreições e revoltas (PEREIRA, 2012, p. 35).

Outro fato, mencionado por Pereira (2012, p. 36-37) refere-se ao mecanismo de resistência usado pelos africanos recém-chegados e os crioulos. Os africanos se envolviam mais em fugas e revoltas do que os crioulos. Os crioulos eram os escravos nascidos no Brasil, possuíam mais recursos e possibilidades de ação na sociedade, uma vez que não passaram pelo trauma da captura na África e do navio negreiro e por conhecerem as regras e costumes da sociedade, além de possuírem o conhecimento da língua.

A história aponta que durante a vigência da escravidão no Brasil existiram muitos quilombos, termo que significa ‘fortaleza ou acampamento militar’ nas línguas banto e cujo uso provavelmente ocorreu partir do século XVIII com a instituição de Palmares, o maior quilombo que se tem notícia no período colonial. Entre paz e luta, foi o que resistiu mais tempo, cerca de 93 anos aproximadamente (1605/6 -1698). Ainda existiram quilombos menos isolados, próximos a áreas urbanas e outros afastados da administração portuguesa ou imperial (PEREIRA, 2012, p. 38).

Nos anos findos da escravidão (década de 1880), próximo a abolição dos escravos no Brasil, surgiu outro tipo de quilombo, diferente dos anteriores com características de esconderijo, o qual foi denominado de “Abolicionista”, estes tipos de quilombos, pois possuíam lideranças conhecidas e articulação política, estavam assentados em terras cedidas por abolicionistas da elite, um exemplo desse tipo é o quilombo de Jabaquara em Santos (São Paulo), cujo líder foi Quintino de Lacerda, “negro, carregador de café que atuou como intermediário entre o quilombo e diversos setores da cidade”. Com as fugas em massa, nesse período, o sistema escravista declinou em sua legitimidade (PEREIRA, 2012, p. 39).

Para sintetizar os significados de quilombos, Souza (2012, p. 63) considerou três registros.

A) Quilombo histórico, lugar de memória da resistência negra, um fenômeno histórico específico que se estrutura no seio do sistema colonial e o combatia; B) Como referência simbólica e conteúdo político (sobretudo a partir do quilombismo de Abdias do Nascimento); C) Quilombo de direito, conforme o artigo 68 da Constituição Federal de 1988 em que documentos, sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, até sua existência histórica e legitimidade jurídica e de pertença cultural remanescente. (SOUZA, 2012, p. 63).

Nesse aspecto, a variedade de estratégias de resistência adotadas pelos escravos com objetivo de criar espaços autônomos e organizados pela luta da liberdade, tem sido valorizada pelos historiadores. A organização, estrutura, modos de ser e viver entre outros aspectos tem sido investigado por intermédio de seus remanescentes, além de documentos, registros e artefatos.

Com o fim da escravidão, os quilombos continuaram existindo no Brasil de forma que na contemporaneidade existem 3.447 comunidades quilombolas distribuídas por todas as regiões do país, desde o Sul do Brasil até a Amazônia. As comunidades quilombolas lutam, principalmente pelo reconhecimento do direito às terras tradicionais ancorados na legislação nacional, embora, esses direitos já estejam assegurados na Convenção 169 Sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho de 1989, ratificada pelo Brasil e por diversos países da América Latina.

Dados do governo brasileiro indicam que, hoje, as comunidades remanescentes de quilombo ou os quilombos contemporâneos são grupos sociais cuja identidade étnica até hoje os distingue do restante da sociedade. A identidade étnica de um grupo é a base para sua forma de organização, de sua relação com os demais grupos e de sua ação política. A maneira pela qual os grupos sociais definem a própria identidade é resultado de uma confluência de fatores, escolhidos por eles mesmos: de uma ancestralidade comum, formas de organização política e social a elementos linguísticos e religiosos.

Para Da Luz *et al* (2021), essa identidade é um processo inacabado, construído entre elementos comuns aos membros do grupo, como a língua, história, território, cultura, religião, situação social entre outros. No entanto, não parados no tempo, ao contrário, são mutáveis em suas formas, mas não na essência. Logo, a luta pela conquista e expansão da terra e pela afirmação de direitos materiais e simbólicos com manifestações sociais no território é uma contribuição para o estudo desse território.

Sobre esse aspecto, Lira e Ribeiro Neto (2016) destacam que o território poderá adotar espacialidades particulares, conforme há o movimento da sociedade nos seus múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e outros. Assim, na sociedade brasileira, a questão da identidade étnica tem se consolidado em organizações de grupos que reivindicam o reconhecimento de território que ocupam como é o caso das populações quilombolas, movimento que ganhou força e significação depois da Constituição de 1988.

Nesse sentido, somente em 1988, 100 anos após a abolição da escravidão, a Constituição brasileira reconheceu, pela primeira vez, a existência e os direitos dos quilombos contemporâneos, assegurando às comunidades descendentes de quilombos o direito à propriedade de seus territórios coletivos. No entanto, a efetivação do direito dos quilombolas às suas terras representa até os dias atuais um enorme desafio. A primeira titulação ocorreu sete anos após o reconhecimento pela Constituição Federal. Foi em novembro de 1995, quando o Quilombo Boa Vista se tornou proprietário de seu território.

Na região Amazônica, de acordo com Funes (2012) “às comunidades negras se revelam por suas manifestações culturais, seu cotidiano e seus modos de ser”, aspectos que garantem que essa “é uma história viva na memória dos remanescentes, netos e bisnetos dos quilombolas que por muito tempo ocuparam as matas, fazendo delas seu espaço de liberdade” (Funes, 2012, p.534-535).

Desse modo, ao se reconstruir a história, a memória se torna elemento fundamental, embora não seja o único caminho. Funes (2012), ao se referir sobre as origens da Comunidade

Isso se fez necessário para esclarecer os objetivos de se organizarem as comunidades em associação com vista a regularização do território quilombola. De forma que a luta pelo reconhecimento durou sete anos, quando por meio da Portaria Nº 391/2008 publicada no Diário Oficial da União veio ocorrer, conforme o artigo a seguir.

Art. 1o- Reconhecer e declarar como território a Associação de Remanescentes de Quilombo de Nova Esperança de Concórdia do Pará - ARQUINEC, a área de 5.802,1703 ha, situada no Município de Concórdia do Pará, Estado do Pará, cujo perímetro de 51.879,51m, acha-se descrito no memorial descritivo que acompanha à presente portaria. (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria Nº 391, de 2 de dezembro de 2008 publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. Nº 235, p.94 em 3 de dezembro de 2008).

No entanto, o Título definitivo da terra foi outorgado só em 25 de agosto de 2010, pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Documento este, de suma importância para garantia de direitos que as comunidades remanescentes de quilombos possuem e para que a luta continue, principalmente para a manutenção de suas identidades e modos de vida, características essas sem as quais não existe qualquer possibilidade de sobrevivência de um povo. Da Luz *et al* (2021), mencionam a seguir.

O território quilombola se constitui como condição de existência e de sobrevivência física para os grupos negros rurais que partilham a mesma origem e elaboram uma unidade, bem como assumem uma identidade na qual estão identificados e são identificados pelos outros. (DA LUZ ET AL, 2021, p.157).

De forma que as comunidades quilombolas permanecem na luta a favor de sua cultura e pela sua sobrevivência material e simbólica, frente a uma cultura externa e globalizada que visa um padrão sociocultural distante daquela a qual se reconhece como pertença.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa, na qual apresenta como características particulares, a imersão do pesquisador nas circunstâncias e no contexto investigado, o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas, um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado; assim como a valorização de todos os fenômenos como igualmente importantes, a exemplo: a constância e a ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio, as revelações e os ocultamentos, a continuidade e a ruptura, o significado manifesto e o que permanece oculto (SILVA *et al.*, 2006, p.247).

Como método, foi utilizada a história oral por meio de entrevistas semiestruturadas, nas quais, foi possível conforme Silva *et al* (2006), captar a subjetividade dos partici-

pantes, favorecendo a intervenção dos agentes em sua realidade ou criando condições de transformar os contextos estudados nos dados necessários para a construção desse trabalho.

As entrevistas foram pautadas principalmente, na descrição das memórias locais, acontecimentos históricos e o modo de vida das pessoas que formam essa comunidade, cujo objetivo geral foi compreender de que maneira tais narrativas contribuíram para construção da identidade do povo quilombola residente neste local. Para isso, como objetivo específico, buscamos na comunidade, narrativas que apresentam marcas de identidade quilombola; procuramos ainda, identificar e explicitar aspectos da identidade cultural de comunidade remanescente de quilombola; para explicitar e divulgar a importância de se valorizar e conservar a memória da comunidade. Desse modo, levantamos a seguinte questão: em que termos são expressos em depoimentos orais a identidade da comunidade quilombola Campo Verde?

A pesquisa contou com sete colaboradores, que foram convidados, a partir dos seguintes critérios: que fossem os mais velhos residentes na comunidade e ou que fossem uma liderança dentro da dinâmica estabelecida na comunidade e os universitários. Assim, dois anciãos (os mais velhos), o atual Presidente da ARQUINEC e a Diretora da Escola (professora formada em nível superior), a filha da parteira² e por último, estudantes universitários, aceitaram o convite e assinaram o Termo de Livre Consentimento para a construção do trabalho e estão identificados no quadro 01 a seguir.

Quadro 01- Colaboradores

Nome	Idade	Estado civil	Filhos	Netos/ Bisnetos/ Tataranetos	Números de Entrevistas /Ano /Outras Informações
Januária	83	Viúva	7	43 Netos 36 Bisnetos 2 Tataranetos	02 / 2019 Anciã da comunidade Pertencente a uma das primeiras famílias da comunidade.
Miguel	73	Viúvo	7	30 Netos 26 Bisnetos	02 / 2019 Ancião da Comunidade Um dos ajudantes na fundação da igreja católica na comunidade
Francisco	45	Casado	3	1 Neto	01 / 2020 e 03 / 2021* ARQUINEC (presidente e estudante de Lic. Integrada) *Texto escrito
Alice	44	Casada	3	1 Neto	01 / 2019 Escola (Diretora)

² A parteira foi convidada para colaborar com a pesquisa, chegou inclusive a nos receber em uma breve visita antes da pandemia, mas veio a falecer no início do ano de 2021, então substituímos seu depoimento pelo de sua filha.

Elisabeth	40	Casada	3	-	01 / 2021 Filha da parteira Estudante de História
Edevania	21	Solteira	1	-	01 / 2021 Estudante de Licenciatura Integrada
Elizandra	23	Solteira	2	-	01 / 2021 Estudante Medicina

Fonte: elaborado pela autora

Desse modo, a investigação transcorreu em quatro momentos aqui apresentados. No primeiro momento, foram ouvidos os dois idosos, com suas narrativas acerca do surgimento da comunidade e depoimentos sobre os escravos que residiam nesse território e sobre os modos de vida da comunidade. Foram feitas várias visitas em suas residências, entretanto, por conta da pandemia da Covid-19 e o isolamento social, não foi possível dar andamento às entrevistas, sendo assim, utilizamos o material que foi produzido, em áudio, gravado por ferramenta digital de aparelho celular, a partir das visitas.

No segundo momento, buscamos os depoimentos de pessoas que estiveram à frente da Associação da comunidade (ARQUINEC) e nas lutas para a aquisição de direitos para a população quilombola, também os depoimentos foram registrados em ferramenta digital de aparelho celular. Assim como também em texto escrito, espontaneamente enviado via aplicativo celular (*WhatsApp*) pelo colaborador e ainda quem está à frente da Escola da Comunidade atualmente, que foi feito via aplicativo digital.

No terceiro momento, entrevistamos jovens que se encontram em percurso universitário, além de uma professora formada, para colhermos suas percepções acerca da educação quilombola e o impacto desse contexto na comunidade. Também foi entrevistada a filha da parteira mencionada no texto, como aquela que atendia os doentes, as grávidas, as crianças e quem precisassem, sendo considerada na comunidade como “a mãe de todos”. As entrevistas desse bloco, por conta do isolamento social, foram feitas via aplicativo digital *WhatsApp* como suporte para gravação das entrevistas, bem como envio de textos escritos e compartilhados, os quais foram acrescentados aos depoimentos.

No quarto momento, transcrevemos as entrevistas via ferramenta digital de celular, as quais foram lidas, organizadas e reorganizadas, para constituírem o *corpus* de desta pesquisa, que foi analisada segundo a lente da Análise Textual Discursiva de Moraes e Galiazzi (2007), na qual passa pela desconstrução, unitarização e reconstrução para alcançar significados outros que expressem os objetivos traçados para responder à pergunta da pesquisa. Assim, ao passar por esses processos emergiram resultados sobre os quais passamos a discorrer a seguir.

4 DEMARCAÇÕES DE EXPRESSÕES IDENTITÁRIAS

Como membro da Comunidade Quilombola Campo Verde, observamos que existe uma perda constante das tradições orais, pois as influências de culturas externas estão cada vez mais presentes no território, um exemplo disso é a tecnologia, que vem tomando o espaço das rodas de conversa na noite, das famosas contações de histórias, e do diálogo entre os membros da família, e com aqueles que fizeram parte da construção da identidade local.

Dessa maneira, buscamos trazer neste trabalho memórias desse povo, que foram fundamentais na sua história e de seus antepassados, pois entendemos que tais narrativas precisam ficar presentes para a geração que aí está e que virá a compor a comunidade, para conhecimento/autoconhecimento futuro.

Nesse sentido, as entrevistas foram organizadas nas seguintes categorias: O surgimento da Comunidade Quilombola Campo Verde; A ARQUINEC e sua importância para o reconhecimento identitário territorial; Expressões de identidade cultural e por último; De olho no passado, construindo o futuro.

O surgimento da Comunidade Quilombola Campo Verde

A Comunidade Campo Verde está localizada às margens do rio Bujaru, que atravessa o território, tendo como vias de acesso a estrada vicinal Trans-Jutaí e o rio Bujaru, município de Concórdia do Pará. Santana (2018) menciona que atualmente a comunidade está dentro de uma área demarcada em 1.185,5124 há. Desse modo, o espaço social apresenta um arraial no centro (figura 2) e a estrutura está organizada, conforme descreve a seguir.

A comunidade possui um núcleo chamado de Arraial, que é uma área de patrimônio da comunidade e onde estão localizados a escola; a igreja erguida em homenagem a São Tomé, padroeiro da comunidade; o cruzeiro, bem em frente à igreja; o salão paroquial; a casa das mães, construída pelo movimento de mulheres da comunidade (originalmente Clube das Mães); Associação de Remanescentes de Quilombo Nova Esperança de Concórdia do Pará (ARQUINEC) e, algumas casas da família que doou a área para a Igreja Católica (SANTANA, 2018, p.2).

Figura 2 - Arraial Campo Verde



Fonte: Oficina: História, memória e resistência³

Assim sendo, durante a entrevista com Januária, uma das moradoras mais idosa da comunidade e a atual presidente da ARQUINEC, encontramos indícios da origem do Quilombo Campo Verde:

Esse terreno era do Cardoso do compadre Casimiro. Pedro Cardoso era irmão do Aprígio que era cunhado da velha Maria, minha sogra, acho que a mãe dela veio fugida com os escravos o nome dela, não lembro. Acho que tá na carteira profissional dela, não sei nem por onde tá. O pai dela eu esqueci até quem era. Eu cheguei aqui há uns 70 anos. (Januária, 2019).

Januária com 83 anos, já não consegue lembrar com clareza sua história, natural para sua idade. Entretanto, ainda percebemos indícios que confirmam sua ancestralidade ao dizer que a mãe de sua sogra “veio fugida com os escravos” Desta forma, se justifica contar e registrar suas memórias para que as gerações futuras possam conhecer suas origens. Santana (2018) apresenta a confirmação de sua fala em seu trabalho sobre a mesma comunidade quilombola em 2013.

Em Campo Verde existem famílias que já residem a mais tempo e outras que chegaram na década de 1950. O senhor João Ferreira⁴, de 75 anos, é um destes moradores mais antigos. Suas terras foram herdadas de sua mãe, que comprou de um senhor chamado Pedro Cardoso Mendes que, junto com um irmão chamado Fileto e irmãs, possuía terras onde é hoje parte de Campo Verde. O seu avô também era de lá, mas sua avó era da comunidade Arapiranga, mais ao alto do rio Bujaru (SANTANA, 2018, p. 02).

Nesse sentido, fica claro que o Quilombo Campo Verde já existia bem antes de 1950 e que sua história deve ser registrada, pois faz parte de um patrimônio nacional histórico, o qual constitui não só a identidade negra no Brasil, mas a própria constituição identitária brasileira. Todavia essa constituição não se deu sem “resistência” antes para fugir de um

³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tVwEreStjTM>. Acesso em jun.2021

⁴ Falecido em 2011. Foi o maior contador de história do Quilombo de Campo Verde.

regime escravista, passando pela expansão e conquista do reconhecimento legal do territorial e agora pela identidade étnica de um grupo que tem como base sua forma de organização, sua relação com os demais grupos, além de sua ação política. Francisco nos remete aos inícios, segundo o que ouviu das pessoas antigas sobre as lutas e dificuldades enfrentadas, conforme o excerto a seguir.

As pessoas falavam muito que no início era muito sofrimento, primeiro porque eles não tinham como escoar produção, eles não tinham como se locomover e viviam no início escondidos. Não podiam sair muito, por causa da questão do Quilombo (FRANCISCO, 2020⁵).

Segundo Francisco, os primeiros moradores tinham muitas dificuldades para estar em público no início, pois explicou que a “questão do quilombo” era que eles não poderiam se afastar da terra para não perdê-la para invasores, além de ainda carregarem consigo o medo de serem reconhecidos e violentados, tanto pelo fato de sua origem, quanto pela terra que estavam habitando, citando como exemplo o caso do seu Manoelzinho, que já é falecido e, que teve aproximadamente 9 filhos, 40 netos, 20 bisnetos e 15 tataranetos, mas ainda em vida contava como foi para chegarem no Quilombo Campo Verde.

Ele nos dizia que foi muito difícil, porque eles tiveram que fugir do Bom Intento para Santa Quitéria e da Santa Quitéria para um lugar chamado Providência e de lá chegaram no Quilombo Campo Verde que é hoje. Então foi com muita dificuldade, muito difícil o início do quilombo. (FRANCISCO, 2021⁶).

O Bom intento, mencionado por Francisco, foi uma antiga fazenda da Ordem dos Frades Carmelitas, localizada no município de Bujaru/Pará. Segundo a Revista Via Amazônia (2015)⁷, foi erguida no século XVIII, utilizando a mão-de-obra de escravos provenientes da Guiné Bissau. Nesta fazenda construíram uma capela e um engenho de cana-de-açúcar para fabricação de aguardente, rapadura e mel. Atualmente existem algumas ruínas localizadas a três quilômetros de distância da sede do município (Figura 03).

Figura 03 - Ruínas das construções da Fazenda Bom Intento



Fonte: Revista Via Amazônia (2015)

⁵ Entrevista feita via aplicativo WhatsApp em 2020.

⁶ Texto escrito enviado via aplicativo WhatsApp em 2021.

⁷ Disponível em <http://revistaviaamazonia.blogspot.com/2015/11/bujaru-e-as-ruinas-da-fazenda-bom.html> Acesso em 20 jan. 2021.

O nome Bom Intento, segundo a Revista Via Amazônia, está relacionado a boa intenção dos frades, que queriam erguer no local uma grande cidade. Na época entre as construções, vários canais foram abertos para tentar controlar as marés que avançam pelo rio Bujaru. Entre as ruínas, ainda se encontra um canal que forma uma piscina de pedras com mais de 300 anos de idade (Figura 04).

Figura 4 - Ruína Piscina de Pedra de 300 anos da Fazenda Bom Intento



Fonte: Revista Via Amazônia (2015).

Os primeiros moradores do quilombo Campo Verde, segundo Francisco saíram do Bom intento e passaram pelo quilombo de Santa Quitéria localizado, na Região do Baixo Acará, no município do Acará, foi reconhecida e titulada em 2010 como Comunidades Remanescentes Quilombolas de Santa Quitéria e Itacoãzinho. Essas comunidades trazem em si uma herança deixada por populações escravizadas na região, com forte importância histórica e cultural, além de ser na época uma região importante na produção da cana-de-açúcar e fazenda de olaria.⁸

Outro lugar citado por Francisco foi a “Providência”, na investigação encontramos apenas um território quilombola com essa denominação no Pará, a qual segundo a Associação de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará – MALUNGU está localizado na Ilha do Marajó no município de Salvaterra. A associação destaca que no povoado existem pelo menos 18 comunidades em processo de titularização e que a territorialização e organização dessas comunidades ocorrem desde 1850, conforme excerto a seguir.

O processo da territorialização e organização social de Deus Ajude Caldeirão, Mangueira, Barro Alto, Campina/Vila União, Salvá, Paixão, Pau Furado, Providência, Bacabal, Boa Vista e Siricari, data dos anos 1850 em diante. Entre esses povoados, estabelecem-se laços de parentesco, o reconhecimento de uma história comum e de sua condição de herdeiros da terra. Em 2002, nesses povoados, viviam

⁸ Programa de Valorização ao Patrimônio Histórico Cultural Comunidade Quilombola Santa Quitéria e Itacoãzinho Acará-Pará-Brasil. Disponível em <http://insideamazonia.com.br/wp-content/uploads/2020/06/programa-de-valorizacao-ao-patrimonio-historico-cultural-comunidade-quilombola-santa-quitiera-e-itacoazinho.pdf> Acesso em 20 jan. 2021.

mais de 2.600 pessoas, o que representava 38% da população rural de Salvaterra (MALUNGU, 2006, p.4).

Destacamos que a territorialidade do quilombo Campo Verde ocorreu como na maioria das comunidades reconhecidamente como quilombola, por meio de luta pela terra e por sua própria identidade cultural, como menciona Malcher (2012) sobre a questão, quando diz que para entendermos a territorialidade de um grupo, comunidade negra rural ou território quilombola é preciso “concebermos a terra enquanto território, que adquire uma dinâmica própria impressa pelo grupo no interior da sociedade onde está inserido”. Assim, a fala de Miguel expressa essa concepção, conforme os excertos a seguir.

Raimundinho andava com uma pasta por aí, convidando a todos para ir lá à igreja que era para a gente se reconhecer como quilombola, para criar o quilombo através do Padre Sérgio, só que muitos não queriam aceitar porque eles pensavam que iam tomar a terra, essas coisas (MIGUEL, 2021)

Andaram perguntando se as pessoas queriam se associar que a terra ia ser coletiva e, como ia ser coletiva, as pessoas pensavam que a gente ia entrar na terra do outro. Eu lembro um pouco, isso veio de antes do Padre Sérgio, foi com aquele primeiro estudo do círculo de cultura (MIGUEL, 2021).

As suas falas se configuram em como foi necessário que eles tivessem consciência de sua ancestralidade, suas identidades, pois geralmente os povos originais não conheciam seus direitos como cidadãos brasileiros, até porque a luta pela causa quilombola é recente, no que diz respeito à legislação e ainda é muito lenta para ser efetivada. Como fica claro nos trechos a seguir das entrevistas de Miguel e Alice.

Foi o círculo de cultura, que veio e foi criando a união do Povo até chegar nesse ponto com muita ajuda dessas organizações: da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do INCRA, dos movimentos sociais, até chegar nesse ponto. Até então ninguém tinha conhecimento que aqui era uma área quilombola, foi estudado até o primeiro morador tudinho, como foi e como não foi. (MIGUEL, 2019).

O Círculo de Cultura veio através do Padre Sérgio⁹ e as irmãs Adelaide e Rosa através dessas pessoas foram surgindo pesquisas antropológicas na comunidade. Foi a partir dessas pesquisas que se descobriu que éramos descendentes de africanos, escravos fugitivos, pois não tínhamos esse conhecimento (ALICE, 2019).

Santana (2018) esclarece que o “Círculo de Cultura” mencionado, ocorreu entre os anos de 1990 e 1991 e foi um projeto implementado pela Comissão Pastoral da Terra, não apenas para desenvolver a leitura e escrita de adultos mais principalmente para construir modos próprios, novos, solidários, coletivos, de pensar, conforme a dinâmica Freiriana de desenvolvimento e isso é cultura.

Este era um trabalho de alfabetização de jovens e adultos com base na metodologia freireana. De acordo com Brandão (2005), é “Círculo” porque todos ficam à volta de uma equipe de trabalho que possui um animador de debates alfabetizado que participa de uma atividade comum em que todos se ensinam e aprendem (SANTANA, 2018, p.07).

⁹ Pe. Sérgio Tonetto, fundador da CPT, completou, em 2007, 30 anos de atividades na Amazônia, iniciando pelo município de Moju. Faleceu no dia 4 de janeiro de 2008 na Itália (Santana, 2018, p.7)

Desse modo, este foi o começo para se compreender e assumir a identidade quilombola, a questão da territorialidade e encontrar uma nova forma de luta, não mais aquela que os fazia fugir, mas agora por consciência de quem são e quais direitos que possuem para buscar o reconhecimento de suas identidades ancestrais e culturais, para viverem plenamente com as características de ancestralidades, sem deixar, entretanto de se localizarem no tempo histórico, com suas próprias características, que assimiladas pelo povo são somadas, sem, contudo se sobrepor, vão assim constituindo uma identidade contemporânea própria. Nesse processo, uma instituição muito importante foi à criação da Associação ARQUINEC, sobre a qual passamos a dissertar a seguir.

A ARQUINEC e sua importância no processo identitário do Quilombo Campo Verde

A Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Nova Esperança de Concórdia do Pará – ARQUINEC, foi fundada em 2001 com objetivo de formar um coletivo para a luta pelo reconhecimento territorial e a titulação, que só veio em 2010. A seguir, Alice menciona em sua entrevista como isso ocorreu.

A partir do Círculo de Cultura em 2001 foi feita uma grande assembleia geral com todas as comunidades vizinhas e assim foi oficializada a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Nova Esperança de Concórdia do Pará ARQUINEC que teve como primeiro presidente Sebastião Pereira da Costa (ALICE, 2019).

Alice menciona ainda, pessoas chaves que muito contribuíram para o reconhecimento, primeiro deles mesmo, de que eram remanescentes de negros africanos escravos e em seguida das autoridades. Essas pessoas incentivaram a criação da ARQUINEC conforme seu depoimento revela.

Um dos maiores incentivadores da comunidade remanescente de quilombo foi Tiburcio Valino (pai de Sebastião) junto com o Padre Sérgio; as irmãs (religiosas) Adelaide e Rosa e Antonina Borges; pois sempre estiveram junto com o padre e as irmãs e nas pesquisas e ajudaram a organizar e a conscientizar o povo depois deles foi surgindo novas lideranças. Foi a partir da Antonina Borges que eu comecei a prestar serviço voluntário dentro na Comunidade DONA e depois de casada com o José Francisco continuei agora no Campo verde (ALICE, 2020).

Essas pessoas são consideradas na comunidade como aqueles que os ajudaram a compreender, reconhecer e aceitar suas origens. A partir desses movimentos que eles começaram outro tipo de luta, não que antes não lutassem, mas agora eles possuíam outros instrumentos para se fazer ouvir e existir não só como afrodescendentes, mas como constituintes da sociedade brasileira e como cidadãos de direitos.

A ARQUINEC é fruto de toda essa luta e continua articulando, organizando a comunidade, fazendo a unidade entre todos e buscando o que lhes pertence por direito, a dignidade e a força de sua própria identidade e cultura sem, contudo, deixar de ser coletivo na contemporaneidade. Como atual presidente, Francisco demonstra em sua fala as alegrias, por exemplo, de ver tantas pessoas estudando na universidade, como ele mesmo é estudante universitário, mas também preocupações atuais, como a influência tecnológica e principalmente o narcotráfico dentro da comunidade, entre outras preocupações.

Hoje as principais dificuldades e preocupações dentro da Comunidade são com o narcotráfico, porque em todos os cantos têm então o tráfico hoje tá atrapalhando muito a organização do povo quilombola, mais muito mesmo e, também, outra preocupação que nós temos é com o poder público. Eles não olham para nós adequadamente como deveria ser (FRANCISCO, 2019).

O quilombo Campo verde, é rodeado de fazendas, nesse aspecto, a tensão sempre foi grande, porém, atualmente para além dessa questão, o problema do narcotráfico, comum em todo país, se apresenta como emergente, de forma que para os povos quilombolas isso vai além, eles se sentem acuados, sem proteção, ou seja, é uma luta que está só começando, mas como povo de luta já estão a posto e pedem atenção governamental. Esta é uma fala que precisa ecoar.

Na sequência, apresentamos algumas expressões de identidade cultural destacadas nos depoimentos. Não temos a pretensão de tratar de todas as expressões, pois se trata de questões que precisam de mais estudos e aprofundamentos, que um trabalho de TCC não comporta, todavia explicitamos aquelas que emergiram dos depoimentos, de forma que algumas ficam como tópicos para possíveis pesquisas futuras.

Expressões de identidade cultural

O termo identidade se refere a imagem que as pessoas têm de si próprias e que os outros têm delas, de formas que “os elementos fundamentais na elaboração da identidade são, a língua que o povo fala, o lugar em que vive, um passado em comum, os valores que todos acreditam ou precisam acreditar” (SOUZA 2014, p. 105).

Por conseguinte, a palavra cultura apresenta vários significados, dois deles trazemos aqui para melhor compreensão do que queremos dizer sobre identidade cultural. Souza (2014) refere à cultura como ideia de erudição, ou seja, se trata do conhecimento escolar como arte, literatura, filosofia, conhecimentos gerais e a outra referência é aquela em que o conhecimento é incorporado de maneira informal, chamado de cultura popular. Existe ainda um sentido mais amplo de cultura, na qual a ideia perpassa pela maneira de pensar, sentir, agir e o fazer de determinados grupos de pessoas.

Nesse sentido, existe uma diversidade de significados para a cultura, dependendo da época e da interpretação de quem define, de modo que na base social, segundo Souza (2014) está a capacidade dos homens de simbolizar. Portanto é o sentido mais amplo que utilizaremos aqui para nos referir sobre a identidade cultural do quilombo de Campo Verde.

Nesse aspecto, Souza (2014) Faz uma breve síntese de como os negros escravizados que chegaram ao Brasil, precisaram se adaptar, se localizar para o mundo ao qual haviam sido deslocados, procurando tecer relações em busca de referências para orientarem seus comportamentos em sua nova condição de vida.

Com a captura e o traslado para o Brasil, haviam sido quebrados todos os laços sociais que possuíam e conheciam, agora “os africanos tinham que se relacionarem com os seus senhores, outros escravos e eram várias as formas tanto para se inserir quanto para resistir à sociedade escravista”. De forma que havia a necessidade primeira de adaptação, pois não conheciam a língua, os costumes, seus valores, sensibilidades e pensamentos eram diferentes (SOUZA, 2014, p. 104).

Souza (2014) destaca que geralmente eram trazidos em bandos, alguns tinham a língua comum, assim como também, comum às situações vividas, que os levava a necessidade de formar comunidades, sendo os conhecimentos trazidos da terra natal o alicerce possível. Talvez daí a origem do termo “irmandade”, pois como irmãos se relacionam e se fortalecem para de se inserir e ou resistir. Inseriram-se, pois incorporaram a cultura lusitana e ameríndia e contribuíram com sua própria cultura africana, para aquilo que se consolidou como cultura afro-brasileira. De modo que passamos a discorrer sobre os achados nos depoimentos.

A religiosidade: a Festa da Irmandade

Como forma de controle das comunidades negras, o ensino do catolicismo era obrigação de todos os senhores, no entanto, também “serviu de caminho para organização de novas comunidades negras, principalmente agrupadas em irmandades leigas de devoção a um determinado santo, assim, essas associações, não era apenas aceita, mais estimuladas pela igreja e pela administração colonial (SOUZA, 2014, p.16).

Essa característica ficou evidente ao longo da investigação, assim, destacamos a influência religiosa dos moradores do quilombo, ou seja, desde os inícios eles apresentam em suas falas nomes de santos católicos que eram celebrados. Januária relembra que no começo, “no tempo da finada Mariazinha” uma das primeiras moradoras do quilombo, era festejado, ainda na colônia, “Santana”, isso é observado no excerto a seguir.

Eu não sei como foi colocar São Tomé, porque essa Santana era no tempo da finada Mariazinha no tempo da escravatura, sabe ela era a mãe do meu padrinho finado Augusto, ela era do fim da escravatura quase, a mãe dela já era escrava, ela nasceu no final da escravatura e meu padrinho não sabe contar de fato porque meu padrinho já era filho da Mariazinha (JANUÁRIA, 2019).

Entretanto, é preciso mencionar que Januária relembrou o nome dessa moradora que foi descendente direta de escravos, que antes não conseguiu lembrar. Agora dá detalhes que esclarecem e confirmam a ancestralidade da comunidade, assim como as influências religiosas que permearam suas tradições religiosas.

Miguel também lembrou com saudade os festejos, disse que quando veio da colônia, ele trouxe os programas dos festejos de Santana, lembrou que lá existia uma grande igreja construída de pedra da época da escravatura e que quando saiu deixou muitos papéis por lá, se referindo aos programas que contavam a história de Santana. Conforme seu relato, a seguir, o festejo de Santana serviu de modelo para ele ao chegar no quilombo Campo Verde.

Eu tinha essa foto há um tempo antes de mudar dali para cá. Muito bagulho ficou lá, eu deixei uma caixa com tudo que era papel, nota, tudo tinha. Tinha até um programa que contava a história de nossa senhora de Santana. No tempo que eu assumia aqui, lembro que 9 anos eu assumi, teve um ano que eu mandei fazer programa igual como era de Santana com a história daqui que era de Maria e filhos tudinho desde 1992, era o programa de novena, cada novena era um programa, eu assumi até 2010, aí quando eu entreguei, eu tinha os programas de todas as festas, mas o cupim comeu tudinho (MIGUEL, 2019).

Desse modo, fica evidente o quanto precisaram caminhar até chegarem ao quilombo Campo Verde, como já havia sido mencionado anteriormente por Francisco. Assim como, também se verifica a importância de registrar os fatos históricos do passado agora para as gerações futuras, pois em sua fala de Januária quando diz: - “meu padrinho não sabe contar de fato, porque meu padrinho já era filho da Mariazinha”, dessa forma a história vai sendo diluída na memória de esquecimento, ou seja, no tempo.

A festa mais citada por todos os colaboradores, foi o Festejo de São Tomé. Januária diz: - “Eu não sei como foi colocar São Tomé” como festeiro. Na investigação, quando Francisco cita os lugares que passaram até chegarem no Campo Verde, menciona Santa Quitéria, atualmente reconhecido como Quilombo Santa Quitéria e Itacoãzinho, nesse quilombo uma das festas é em honra a São Tomé, provavelmente daí a influência desse festejo.

Miguel, também não tem certeza como surgiu o festejo de São Tomé, mas comenta que a festa deveria ser para Conceição, pois foi a primeira a ser festejada, enquanto na colônia onde moravam antes de virem para Campo Verde era festejado São Tomé, como comenta a seguir.

O vovô tinha nesse tempo, a irmandade que festejava São Tomé, mais ou menos lá na colônia, onde a gente morava. Lá todo ano tinha a festa de São Tomé, quando a gente veio para cá foi comemorado tudo junto Conceição e São Tomé, com certeza deve ter ficado São Tomé na hora de botar o nome da irmandade, mas era para ser Conceição se a primeira reza festejada foi festejada Conceição, devoto dos derrubadores (MIGUEL, 2019).

Nessa época tinha uma casa grande lá quando viemos da colônia. O papai tinha uma casa, lá onde é o centro da maré, onde tem aquela mangueira. Papai tinha comprado uma casa do Felipe, pai do João Neli, nós pegamos as madeiras, telhas tudinho de lá para construir essa casa grande, tinha um oratório muito grande (MIGUEL, 2019).

Souza (2014) menciona que essas associações religiosas, também eram chamadas de “associações dos homens pretos”. Entre suas responsabilidades, além de cuidarem da devoção ou culto do santo, eles faziam o enterro dos irmãos, mandavam rezar missa pelas suas almas, amparavam as famílias sem recurso, cuidavam dos irmãos doentes e tinham até uma espécie de poupança para comprar a liberdade de alguns deles.

Desse modo, na comunidade foi erguida uma Igreja católica dedicada a S. Tomé e ao lado foi construído o salão paroquial, onde ocorrem as reuniões e as festas. Observa-se que não existe referência à religiosidade de raiz africana, significa dizer que na comunidade Campo Verde essa cultura religiosa foi praticamente extinta, embora atualmente exista um movimento que busca fazer o resgate da Umbanda¹⁰.

Figura 5 - Igreja de São Tomé e Salão Paroquial



Fonte: Oficina: História, memória e resistência.¹¹

• O cortejo de S. Tomé

Uma tradição, comentada por todos os participantes, é o cortejo do santo segundo Januária, havia todo um ritual para se caminhar com o santo na Comunidade: o festeiro, o consoado¹², as músicas, as bebidas, a alvorada, o bingo e o leilão. O festeiro era o responsável para andar com o santo, havia um grupo de homens que cantavam, tocavam e carregavam o

¹⁰ Nome dado às religiões afro-brasileiras de origem banta, nas quais são cultuados ancestrais e espíritos da natureza, com fortes elementos das religiões indígenas e também influência do espiritismo, de origem europeia (SOUZA, 2014, p.133). Não trataremos aqui deste tema, pois não conseguimos entrevistas com o grupo por conta da pandemia.

¹¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tVwEreStjTM>. Acesso em jun.2021.

¹² Pequena refeição que os católicos tomam à noite quando jejuam. 2. Banquete ou refeição festiva na noite de Natal. Disponível em Dicionário Online Priberam de Português.

santo, que passava a noite em frente a uma casa, como menciona a seguir Miguel no excerto de sua entrevista.

Eu lembro que eu saia com o papai e levava o santo carregado. Era eu, João Preto os que iam batendo o tambor, Pedro Azedo tocava a viola, compadre Ordo e Vitigo era do pandeiro. Nós fomos ficar na casa do Raimundo Pacheco, onde tem uma castanheira grande na frente, mas para cá do Antônio Almeida. Eu e o compadre Jonas nós tentamos vim de lá carregando, mas não podia, a gente passava a noite inteira lá bebendo uma cachaça, passava a noite inteira lá com o compadre Raimundo. Eu acho que foi tão bom nesse tempo (MIGUEL, 2019).

No raiar do dia, a caminhada do Santo continuava. Iniciava-se o canto da alvorada, para acordar e chamar o povo à oração, conforme Miguel menciona “Quando já era de madrugada, o compadre Jonas pegava o tambor e ia para lá “tum tum tum” igual a alvorada. Nós levantávamos e esperávamos o santo e levantava e cantava a alvorada todas às 6 horas da manhã”. Com uma voz saudosa e o olhar profundo começou a cantarolar.

O seu galo canta de madrugada
Acorda aí curió para vir cantar a alvorada
De madrugada estrela já me apareceu
Foi a hora que Jesus Cristo nasceu.
Já são 6 horas, hora de oração
Chegou a hora folião.
Hora de cumprir com a obrigação.
(Canto da alvorada, MIGUEL, 2019).

Januária também se lembra do canto da Alvorada em sua entrevista e explica que saia com outras pessoas para pedir esmola para o santo, pois assim mantinham a festa e as necessidades da comunidade.

Canto da Alvorada

Vamos cantar alvorada, agora que me lembrou
Santana mãe de Maria, Maria mãe do Senhor

São Sebastião é santo vai dar para ele
é o pai da caridade
Afasta de nós a peste com toda sua santidade

Vamos cantar a alvorada agora que me lembrou
Santana mãe de Maria, minha mãe e de nosso Senhor

Seguido dos foliões para cumprir com a obrigação
São Sebastião é santo ele é o pai da caridade
afasta de nós a peste com toda sua santidade

Vamos cantar a alvorada agora que me lembrou
Santana mãe de Maria, Maria mãe do redentor.

Vai olhar a panela, vê se não está muito seca.
4 horas da madrugada é hora de oração
chega todos os foliões para cumprir com obrigações.

Glória lá no céu.
(JANUÁRIA, 2019).

Segundo Januária, isso era cantado de madrugada na hora da Alvorada, todos cantavam, como orações de obrigação. Vejamos o excerto a seguir.

São princípios de orações todos os foliões cantavam, eram muitas canções, cantavam na chegada, cantavam na saída era na casa que dormiam até chegar na casa onde ia tirando esmola e a gente dava o que a gente tivesse que era para o jantar, a gente dava o que a gente tivesse, dinheiro, criação, a gente dava para o leilão de São Sebastião (JANUÁRIA, 2019).

Souza (2014) destaca que a principal momento na vida da comunidade era a festa do seu orago, o santo ou invocação de Nossa senhora (mãe de Jesus) onde ocorria a coroação de reis e rainhas negros. E destaca a seguir a origem desse festejo.

Os reis negros ligados a irmandades eram coroados na igreja e festejados com cantos e danças pelas ruas ao som de ritmos e instrumentos de origem africana [...] estes reis tinha autoridade reconhecida enquanto durava a festa entorno deles [...] geralmente líderes da comunidade que os escolheram, eram procurados durante todo o ano pra resolver problemas que surgissem entre seus membros ou entre estes e seus senhores ou representantes da ordem colonial. (SOUZA, 2014, p.117).

No trecho a seguir, Januária ao relembrar esse tempo, fala sobre a música, as danças, mesmo dizendo que naquele não conhecia esses nomes de dança; tenta também recordar alguns cantos desse festejo.

A música que tocava nesse tempo não sei muito, quem sabe é Miguel e João Preto era eles que andavam com o Santo quando iam para o mutirão, as danças era mazuca, caixote, quadrilha, carimbo ainda nem sabia do nome, o som era de flauta e clarinete, rabeca, viola, bombo, coco, banjo, essa era a música de antes (JANUÁRIA, 2019).

Canto para São Sebastião.

Bota velho mundo, corre e me lave meus pecados,
Chega Maria chorava, quando viu os seus filhos
cavados para debaixo do mundo.
Varre os nossos pecados, vamos rezar um padre-nosso,
rosário de Maria e vamos fazer o sinal da Cruz,
Para sempre amém Jesus (JANUÁRIA, 2019).

É tudo bem-marcado na lembrança desses dois anciões, o costume, os ritos, as danças. A mazuca¹³, é um ritmo de origem polonesa surgido no nordeste, mistura influências indígenas e africanas, usa como instrumentos pandeiro, ganzá e batida de pés, lembra a dança do coco, mas tem a sua própria identidade. A quadrilha¹⁴ foi introduzida no Brasil

13 Disponível em <https://ascos-unita.edu.br/2013/03/20/mazuca-de-agrestina-no-quintal-da-academia/> acesso em 20 jun. 2021.

14 https://www.unicamp.br/folclore/Material/extra_dancas.pdf

como dança de salão que se popularizou. Para ocorrer tem um mestre que determina as figurações diversas que os dançarinos desenvolvem. O nome da dança Carimbó¹⁵ deriva de um dos instrumentos acompanhantes, um tambor de origem africana. É perceptível mesmo que imposta uma cultura do qual não estavam familiarizados, como ao longo do tempo, foram construindo para si, uma identidade com elementos próprios. Outro elemento católico que foi incorporado na comunidade e ocorria no período da festa do santo e que Januária fala com detalhes foi o “consoado”.

• O Consoado

Este elemento lembra as refeições em festas católicas, que incorporadas no cotidiano das comunidades, foram sendo passadas de geração em geração ao longo do tempo, sem que estes na maioria das vezes tivessem consciência de como surgiu. O que faz lembrar que na construção da identidade esses elementos foram sendo como que consolidado, a exemplo dos crioulos nascidos no Brasil, pois assumiram a “nova cultura” posto que, já nasceram dentro da mistura das culturas ou “cultura híbrida”.

Nesse sentido, foi à religiosidade uma das bases em que os negros usaram para resistir e construir novos laços de solidariedade, novas identidades e novas comunidades. O consoado era na verdade uma forma de manter a irmandade, de receber donativos e até mesmo dinheiro para as necessidades de todos. Januária esclarece isso em sua fala, no canto que entoava a caminhada e que ela cantou com voz rouca e um cuidado para explicar muito bem, pois sabia que isso ia “ser escrito para ninguém esquecer”.

Tu tinhas que dar consoado para quem te deu o rei entendeu? Tia Olinda me convidou para ir com ela. Andamos todas essas casas, fomos lá para baixo para casa do Lorimar tirando o rei e consoado. Na comparação eu te dou, eu te peço um rei e tu me dá o consoado que é o dobro do que eu te dei. Se eu te der uma galinha tu me dá um pouco e me dá outra coisa que seja o dobro do que eu te dei, quando tu pediste o rei. Agora era para te dar a consoado para quem te deu o rei (JANUÁRIA, 2019)

Consoado era para algum Santo não era não era para a Santa, era para te dar consoado para quem te deu o rei. Entendeu? Eu cantava com essas crianças todo mundo vestido para o rei “o mundo acaba, por favor, abra a porta que o rei está na porta. O dono da casa faça abrir a porta, venha dar ao nosso rei que nós já temos de voltar” Ele abriu a porta, a gente cantava, a gente agradecer e depois a gente ia embora, recebi o rei (JANUÁRIA,2019).

Canto do consoado

Abra aqui essa porta Santa
Tu faça o favor abrir a porta vem
Abre a porta porque já vem o rei
Faz favor abri a porta

15 Disponível em https://www.unicamp.br/folclore/Material/extra_dancas.pdf acesso em 20 jun. 2021.

Venha dar a nosso rei
Que nós já temos de volta
(JANUÁRIA, 2019).

A seguir, traçamos um apanhado geral sobre mitos e lendas, elementos que aparecem na fala, principalmente de Januária, esses elementos são comuns nas narrativas orais afrodescendentes, os quais entrelaçados com outros elementos já citados, comunicam algo sobre o território, a cultura, a língua, enfim, a história. Diante disso, a seguir passamos brevemente por esta temática.

• Mitos e Lendas

Somos convidados por essas falas a nos tornarmos “os novos guardiões e guardiãs”, responsáveis por construir novas histórias, com enredos que valorizem as vozes esquecidas de um passado distante dos ancestrais e de um próximo de ocultamente da história e assim abrir um novo tempo para novas e diferentes histórias. Desse modo, a presença do mundo sobrenatural na comunidade é retratada fortemente por Januária. Esse mundo é o da magia, onde o ser humano só tem acesso de forma parcial, por meio de ritos, cerimônias, crenças e especialistas que podem de certa maneira explicar o que não se sabe, e interferir nas situações da vida. Isso nas sociedades africanas é mencionado por Souza (2014) da seguinte maneira.

A orientação de como agir em várias situações da vida era traçada valendo-se do além, dos antepassados, dos ancestrais, dos heróis fundadores, dos deuses, dos espíritos e da grande variedade de seres sobrenaturais que habitam dimensões com os quais era possível fazer um contrato sobre certas condições específicas (SOUZA, 2014, 45)

Dessa forma, Januária fala de alguns desses elementos, tais quais: as aves agourentas, como o Murucututu, o Muru muru e o galo, todas entremeadas de influências religiosas para explicar certas situações que ocorrem na comunidade, a exemplo a morte. Observamos nos recortes a seguir.

O Murucututu

O murucututu é o chama caixão de agouro. Era uma coruja, é igual uma coruja só que é mais feio. Aí na beira do rio quando ele começa a cantar “tu tu tu tu” se tu tiveres em pé tu pode rezar que tu não vais aguentar não, tu cais aí no chão, agora se tu rezares o Creio em Deus Pai na hora ele some (JANUÁRIA, 2019).

O murucututu é um pássaro é igual uma coruja, mas é mais feio, canta aí na beira do rio. Esse bicho não é da parte de Deus se ele começar a cantar Tu pode rezar pode rezar e tu rezar direito senão já era, tem que rezar dois terços a Deus Pai todo mundo e tem que se preparar senão vai morrer junto (JANUÁRIA, 2019).

O Muru muru

O “muro, muro” diz que é um gavião, se ele cantar vai morrer muita gente, se ele tiver cantado muito vai morrer muita gente, se ele cantar “tchau tchau tchau” vai morrer muita gente (JANUÁRIA, 2019).

O galo

Se o galo cantasse 6 horas da tarde, papai mandava de matar na hora, porque o homem que comeu esse galo, quando ele mordeu a coxa morreu na hora. Papai nunca mais comeu galo e não deixava a gente comer também. É igual da Bíblia, papai dizia que o galo cantou 3 vezes para anunciar que Jesus foi traído e aí Jesus morreu depois das 6 horas. Aqui já morreram uns três galos que cantava 6 horas da tarde. Também papai não deixava ninguém comer o pé da galinha porque arranhou a costa de Jesus, o papai não deixava ninguém comer o pé, por isso que o galo é agouro, porque antes de matar Jesus o galo cantou 3 vezes (JANUÁRIA, 2019).

Outro elemento visualizado e que destacamos a seguir, também ligado à questão do sobrenatural são as lendas. Januária destacou o lobisomem, Mãe do Mato, Curupira, Anhangá, Boto e por fim apresentamos um poema de nossa autoria, que foi escrito baseado em um mito muito comentado e conhecido na comunidade - A Cobrona. Aqui, no entanto, não entraremos em detalhes ou discussões a respeito, ficando para um próximo trabalho a questão.

O Lobisomem

A história do Lobisomem era um cavalo que estava lá e não deixava rastro, passava no pé tucumanzeiro e, subia lá e “tchau” fazia esse barulho e ninguém via nada. Disseram que era o Zé cachorro, era ele, Deus me perdoe. Esse bicho passava lá em casa, ele arribava uma coisa que tinha atrás da porta, aí Mundiquinho veio de lá e aí eu disse que ele vinha toda noite quase. Depois batia orelha e batia orelha e batia orelha. E aí Mundiquinho bate a pé e bate a pé e não achava nada. Mas toda noite o bicho ia na porta da minha sogra e balançava a orelha e fazia um barulho estranho. Um dia, onde que vai lá para baixo, se juntaram um monte de homem e ele estava dormindo lá para baixo e nessa noite eles disseram - nós vamos pegar esse bicho. Finado Vitinho, João preto, Leom, Mundiquinho, Adelmo, Marajó e outros e foram atrás do bicho. Desde esse dia, ele não veio mais (Januária, 2019).

Mãe do Mato / Curupira/ Anhangá / Boto

A mãe do mato é um bicho, parecia um porco barrão, aí para matar esse bicho, ele ficava entre os homens e o Lobisomem primeiro parecia um veado e depois ele virava um porco anhangá. Aí quando Anhangá assobia ela vira o cara do avesso, ela não aparece, quando a bicha assobia deixa o cara doidinho. O Curupira é outro e a Mãe do Mato é outro. O boto era um homem que fumava como fogo a brasa do cigarro e pegava mulher, ele era um pretão, caboco grande, passava na rua e levava a mulher pra beira do rio perto do porto. Quando nós mudamos para cá era muito bicho (Januária, 2019).

A cobra / “cobrona”

Mistério da Natureza
Vou falar do meu lugar
Onde me orgulho de morar
Aqui têm rios com águas correntes
E as suas belas nascentes.
Uma lenda vou contar
Não sei se vão acreditar
Aparece no rio a flutuar
Mas ninguém pode matar.
Falo da Cobra Grande

Ela existe, não se engane!
Negra como a noite escura
Nunca vi tanta grossura.

Dizem que é encantada
Ninguém sabe sua morada
Os olhos com uma brasa acesa
É mistério da Natureza.
(MARIA RAIMUNDA, 2019).

Podemos considerar como um elemento fortíssimo de identidade cultural da comunidade quilombola Campo Verde é a atividade de parteria, nessa atividade a parteira associa conhecimentos tradicionais, algumas técnicas e a espiritualidade para aliviar dores e facilitar a chegada de crianças ao mundo, com uso geralmente de ervas e orações, além de “puxar” a barriga, “a espinhela caída”, entorse de pé, braço, dedos, “reza de quebranto”, entre outros tipos de atendimento. No quilombo existia uma parteira conhecida e respeitada por todos na comunidade, sobre sua história passamos a discorrer.

• A Parteira

Maria Trindade da Silva, nasceu no dia 22 de setembro do ano de 1951 e faleceu no dia 4 de abril de 2021 com 70 anos, ela era parteira, curandeira, rezadeira, atendia toda a comunidade, quando adoeciam do que quer que fosse. Foi casada, teve 11 filhos, 38 netos e 6 bisnetos. Sua filha nos deu seu depoimento nos seguintes termos.

A minha mãe trabalhava como parteira, era rezadeira e fazia os trabalhos, era como ela mesma dizia que “gostava muito do trabalho dela” do que ela fazia, tanto que na carteira era a rezadeira. Para ela, fazer os trabalhos era o dom que Deus, por isso fazia com muito amor e muita dedicação, fazia tanto, mas tanto pelos outros e por fim adoeceu não se cuidou direito e chegou a óbito em abril (ELISABETH, 2021).

O trabalho dela era uma luta constante, mas para ela foi muito gratificante e ela não queria que quando falecesse ficassem muito tristes, porque o que podia fazer pelas pessoas ela fez em vida. Eu acredito que as pessoas também gostavam muito do trabalho dela e acreditavam no que ela fazia. Muitas pessoas se davam super bem com o trabalho dela, com os remédios caseiros que ela desenvolvia para as pessoas (ELISABETH, 2021).

Segundo o depoimento de sua filha, ela só começou a fazer o trabalho quando já tinha uma boa idade, já era mais adulta com 30 anos. Quanto ao ofício de sua mãe, ela também destacou que apesar de quando jovem ter morado com um senhor chamado Matiko que era Pajé, não aprendeu com ele o ofício, acreditava que isso foi um dom de nascença recebido de Deus. Sobre o mesmo tema Januária diz que Maria (a parteira) foi criada por Martiniano (o pajé) e sua mulher desde pequena.

Maria foi criada desde pequena assim com ele e foi crescendo e vendo-o fazer os remédios, os atendimentos das pessoas e ela diz que aprendeu de dom, mas acho que aprendeu com ele mesmo, porque ela só começou o trabalho quando estava grande. Ele já morreu, morava no cravo, mas era muito bom assim, cuidava de tudo e não tinha medo de ir as casas quando chamavam. Ele não tinha casa para os trabalhos. E Maria fazia os trabalhos, ela me cuidou uma vez que eu tive uma dor, colocou uma fumaça em minha boca e saiu um coisa ruim (JANUÁRIA, 2019).

Outro ponto de destaque, sobre Maria Trindade (a parteira) foi um curso de especialização feito pelo “Programa das Parteiras”¹⁶, mesmo sem saber ler e escrever, sua filha não lembra a data, mas através do curso, ela teve acesso a informações importantes para os cuidados com as grávidas, entre outros procedimentos para providenciar documentações. Conforme, sua filha menciona a seguir.

Ela fez formações no município de Bujaru, na época de um programa chamado “Programa das Parteiras” e foi lá que ela se especializou para fazer o trabalho. Ela conseguia pegar materiais, desde luvas, até umas fichas para preencher para fazer a DNV do bebezinho que nasceu para tirar a certidão de nascimento. As formações foram feitas em uns três anos, além dessas formações, ela já tinha a prática que trazia consigo mesma e essas informações foram mais para ajudar ela a se prevenir na hora do parto, para saber usar os equipamentos de proteção que era necessário (ELISABETH, 2021).

Desde os 30 anos ela fazia esse trabalho e ela contava que começou assim no caso de emergência para ajudar e aí se acostumou e foi aprendendo a fazer tudo como deveria até fazer o curso de especialização na área de parteira, mas ela não sabia ler não sabia escrever, mas chegou a realizar parto para poder socorrer as mulheres por dentro do mato, no interior, pois era difícil de chegar aos hospitais nas horas mais precisas (ELISABETH, 2021).

Nesse aspecto, segundo sua filha, para Maria “não tinha dia, não tinha hora, fosse de dia, fosse de noite, a hora de almoço ou de jantar, ela sempre estava pronta para atender as pessoas e não media dificuldade, principalmente nos partos”. Por esta razão, as pessoas a chamavam de “mãe Maria” na comunidade, sendo conhecida e reconhecida não só no território quilombola, mas também em outras comunidades e na área urbana do município de Concórdia do Pará. Ela é considerada um grande símbolo de amor e cuidado para a comunidade Quilombola Campo Verde, podemos observar isso no depoimento de Edevania, jovem universitária que conta outros episódios de seus atendimentos.

É possível observar que existe uma determinada “gratidão” de todos os membros da comunidade, justamente pela pessoa que ela era e representava e ainda representa não só para todos no quilombo, mais para muitas comunidades da região, mesmo após seu falecimento, a certeza é de que seu legado perdurará por anos, ou até mesmo para sempre, pois assim como ela trouxe vidas ao mundo, ela ajudou salvar também (EDEVANIA, 2021).

Quanto ao legado que se refere a jovem, atualmente não existe outra parteira, ou alguém que faça o trabalho que ela fazia, de forma que o seu legado precisa ser resgatado, talvez não aos moldes de antes, mas embora renovado, com características que ela tinha de

¹⁶ Programa do Governo Federal, Ministério da Saúde para Formação e Especialização de Parteiras Tradicionais (BRASIL, 2010).

amor a vida, as pessoas e a comunidade. Pois na comunidade ainda é precário o atendimento à saúde, entre outros. Como já destaca sua filha no excerto.

Então, hoje sentem a falta dela, por conta disso, não tem mais ela para socorrer eles, desse jeito assim, as pessoas daqui se tornam vulneráveis, geralmente tentam procurar o hospital que de imediato não tem. Não tem nem conta de quantas crianças ela atendeu, era dor de dente, dor de cabeça, tudo era com ela, rezava então ela era uma chave principal dentro da comunidade, principalmente nessas horas em prestar socorro às pessoas (ELISABETH, 2021).

A jovem ainda comenta, que ela e seus irmãos, todos nasceram pelas mãos de mãe Maria Trindade. Ela mesma, quando grávida de sua filha, foi “puxada” por ela e em outras ocasiões fez outros atendimentos com ela. Para Edevania “Mãe Maria” é símbolo de resistência, de força, de mulher e de amor. Assim, a partir da fala de Edevania, apresentamos os achados nas falas de estudantes universitários.

De olho no passado com vista ao futuro

Dentro do Quilombo Campo Verde, existem atualmente, segundo Francisco, 36 pessoas fazendo Universidade pública, 25 pessoas na universidade particular e umas 20 pessoas que já concluíram seus cursos universitários. De modo que, buscamos alguns deles dispostos a dar seus depoimentos, no que se refere a história do quilombo e o que esperam daqui para frente para a comunidade. Na fala de Francisco, como estudante de licenciatura para anos iniciais, a educação é uma possibilidade de ir em frente, na luta contra o preconceito e na busca de qualidade de vida no quilombo.

Meu sonho hoje para a comunidade é que nossos filhos e netos e, também as pessoas do entorno, possam ter uma educação de qualidade, onde não haja preconceito, porque ela é muito precária no nosso território. Embora tenha melhorado porque a própria comunidade é que se deu as mãos e foi em frente (FRANCISCO, 2019).

Para Elisabeth, estudante de História, a comunidade depende dos mais velhos, que contam as histórias de suas origens e ensinam sua cultura. Assim a sua escolha pelo curso vai de encontro a essa necessidade de conservar e registrar a história de sua gente, valorizando os mais antigos. Em seu depoimento, diz de sua pretensão.

Eu pretendo contribuir o máximo que eu puder na comunidade, pois ela depende das pessoas de idade. A importância do meu curso é, entre outras coisas, para ajudar a conhecer e reconhecer o valor que eles têm, pois percebemos que poucas pessoas conhecem sua própria história e sua própria origem. Então eu fico à disposição daquelas pessoas que desejarem tirar uma dúvida ou que desejam ir à busca de um pouco mais sobre a comunidade (ELIZABETH, 2021).

Para Edevania, assim como para os demais estudantes, a entrada na universidade é resultado de uma luta e um sonho realizado para eles, todos apresentam em suas falas a consciência de que para estarem cursando o ensino superior, foi preciso sacrifício daqueles

que vieram antes deles, e que lutaram por seus direitos, até mesmo pagando com o preço de sua própria vida.

Eu sinto muito orgulho em conhecer a luta dos meus antepassados, o que as pessoas lá atrás tiveram que sofrer e morreram para que eu pudesse ter os benefícios que eu tenho hoje, mesmo que às vezes ainda seja difícil e com muita luta para entrar, por exemplo, na universidade, porque existem muitas documentações e declarações para entregar, você tem que conhecer a história do seu território porque a universidade quer saber se você conhece seu território. Outra luta é, deixar sua família na maioria das vezes e vim em busca de realizar um sonho, às vezes só com a mochila nas costas, por isso eu acredito que não pode ser desperdiçado tudo que foi feito lá atrás, porque a gente tem mais é que usufruir desses processos que é um direito conquistado que é nosso e lutar por conta de bolsas para poder se manter estudando, pois não basta só passar (EDEVANIA, 2021).

A vontade de Edevania é de se formar e retornar para contribuir com a educação das crianças e jovens na comunidade, a fim de que conhecendo sua origem e o passado, se orgulhem do que são e não passem pelo que passou na escola e ainda passa na universidade.

Nós sabemos o que precisa dentro de nossa comunidade. Muitos professores vão para lá, mas falta algo, por exemplo, alguns professores vão para um território quilombola educar e não levam conteúdos voltados às raízes africanas, você vê isso só em novembro, mês da consciência negra e não é assim que funciona a nossa história. Nós queremos uma escola quilombola, de Cultura quilombola, pois é necessário trazer para as novas gerações as raízes que são tão importantes na história do povo, porque a maioria não conhece a sua própria história. Então eu acho que é essencial apresentar para as novas gerações as suas raízes e que os alunos conheçam sua própria história. (EDEVANIA, 2021).

Eu pretendo terminar minha faculdade e dar aula, não sem fazer especializações, e voltar para minha terra, para o meu Quilombo dá aula para crianças quilombolas, ensinar que eles são fortes e podem conseguir tudo o que quiserem e que são o futuro da nossa comunidade. Então, se os futuros membros da comunidade não conhecerem sua própria história, quem conhecerá? (EDEVANIA, 2021).

Para Elizandra, estudante de medicina, sua escolha de formação foi devido a observar a grande carência de profissionais na área da saúde em sua comunidade. Já havíamos mencionado anteriormente que devido a distância da área urbana a comunidade era assistida pela parteira, no que diz respeito à saúde. Elizandra demonstra essa preocupação, pois se antes de entrar na universidade percebeu essa questão, muito mais agora que a parteira faleceu, a carência mais que dobrou e agora se encaminham à Belém para uma consulta. Logo fica claro a consciência de quem é e de onde veio, assim como a responsabilidade que assume com seu povo.

Pensei primeiramente na minha comunidade, nas zonas rurais, na minha cidade, onde se nota uma grande carência de profissionais na área da saúde, e se tratando da minha comunidade essa carência dobra, pois não temos uma UBS dentro do nosso território, a unidade mais próxima fica a uns 7km de distância. E hoje essa falta/carência afeta a população geral, se quisermos uma consulta com pediatra, ginecologista e outros especialistas, somos encaminhados para Belém (ELIZANDRA, 2021).

Portanto os estudantes universitários demonstraram uma consciência de quem são e como assumem um compromisso com as novas gerações para conservar a história contada pelos mais velhos e continuar a luta por seus direitos conquistados e conquistar outros como brasileiros que são. Na sequência fazemos nossas considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve a intenção de registrar por meio de narrativas orais, de membros da Comunidade Quilombola Campo Verde, um pouco de sua história e como isso contribuiu para a construção de sua identidade. Sem querer esgotar o tema, pois reconhecemos que um trabalho dessa envergadura não se conclui em um único trabalho de conclusão de curso, mas abre possibilidades para outras investigações.

A Comunidade Remanescente Quilombo de Campo Verde, conforme o estudo já existia bem antes de 1950, é demarcada e titulada pelo INCRA, desde 2010, com uma área territorial de 1.185,5124 ha. No entanto, sua constituição não se deu sem “resistência” antes para fugir de um regime escravista, passando pela expansão em vários locais até chegar nesse território, a luta e conquista do reconhecimento legal do território e agora a luta pela identidade étnica de um grupo que tem como base sua forma de organização, sua relação com os demais grupos, além de sua ação social e política.

A Associação Remanescente de Quilombo Nova Esperança de Concórdia do Pará (ARQUINEC), foi a maior incentivadora e articuladora para o reconhecimento territorial da comunidade, junto com pessoas influentes que os ajudaram na luta e ainda tem um papel importante nas novas frentes de combate e desafios.

Suas lutas atuais, por consciência de quem são e quais os direitos que possuem, é pela busca de que suas identidades ancestrais e culturais, sejam valorizadas pelas novas gerações sem deixar, entretanto, de se localizarem no tempo histórico, com suas próprias características, que assimiladas pelo povo são somadas, sem, contudo, se sobreporem, para constituir uma identidade contemporânea própria.

As Expressões de identidade cultural encontradas, foram diversas, destacamos aquelas de caráter religioso, nos quais, as características foram expressas pelas devoções aos santos católicos, a festas dos reis e principalmente o festejo de São Tomé, com as caminhadas da alvorada, a recolha de esmolas e do consoado, acompanhados de músicas e danças. Foram ainda mencionados, os mitos e lendas, entre eles aves agourentas, lobisomem, mãe do mato e cobra grande.

Um elemento muito importante destacado foi à atividade de parteria, feita por uma senhora que foi considerada símbolo pelo amor ao trabalho e dedicação a todos na comunidade. Falecida no início de 2021, deixando todos muito sentidos, saudosos e agradecidos.

Uma marca nos depoimentos dos universitários foi à consciência que demonstraram de que sua história deva ser registrada, valorizada, divulgada para futuras gerações quilombolas e para, além disso, pois compreendemos que a construção de suas identidades faz parte do Patrimônio Nacional Histórico, o qual constitui não só a identidade negra no Brasil, mas a própria constituição identitária brasileira. Destarte a relevância desse trabalho.

REFERÊNCIAS

BARROS, Marta Oliveira. **Memórias de Idosos quilombolas como recurso didático: escola básica do quilombo Matão-PB**. Dissertação de Mestrado Profissional. Universidade Estadual da Paraíba. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais [recurso eletrônico]: **O Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e experiências exemplares** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

DA LUZ, Agatha Leticia Eugênio; AZEVEDO, Ana D'Arc Martins de; Chagas Junior, Edgar Monteiro. **A Construção da Identidade Quilombola na Amazônia: um estudo de práticas escolares em Guajará-mirim, município do Acará, Pará**. P2P & INOVAÇÃO, Rio de Janeiro, v. 7, Ed. Especial, p. 151-168, jan. 2021.

FUNES, Eurípedes Antunes. Comunidades **Mocambeiras do Trombetas**. In. GRUPIONI, D. F.; ANDRADE, L.M. – S. Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo: IEPÉ, 2015.

FUNES, Eurípedes Antunes. Nasci nas matas, nunca tive senhor”: História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In. REIS, J. J.; GOMES, F. S. (Org.) **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil** – 1ª ed. – S. Paulo: Claro Enigma, 2012.

LEYDESDORFF, Selma. Desafios do Transculturalismo. In. Ferreira, M. de M. (org.) **História oral: desafios para o século XXI**. Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

LIRA, Eliseu. Ribeiro; RIBEIRO NETO, Olegário B. O Território e a Identidade Quilombola: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo – TO. **Revista Produção Acadêmica - Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/NURBA** – vol. 2 n. 2, 2016.

MALCHER, MARIA ALBENIZE FARIAS. **A Formação do Território Quilombola em Bujaru e Concórdia do Pará**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agraria. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG, 2012.

MALUNGUA, **Associação de Remanescentes de Quilombos Do Estado Do Pará**. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. FASCÍCULO 7 - Quilombolas da Ilha de Marajó, Belém/PA. 2006. Disponível em <https://seppirhomologa.c3sl.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/2991/07%20Quilombolas%20Ilha%20Marajo.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em 12 jan. 2021.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva: processo constitutivo de múltiplas faces**. Ciência & Educação, São Paulo, v.12, n.1, p. 117-128, abr. 2007.

PEREIRA, Matheus Serva. **Quilombos em fuga**. In. DANTAS, Carolina Viana; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. (Org.) O negro no Brasil; Trajetórias e lutas em dez aulas de História - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Uma História da Liberdade. In.: **Liberdade por um Fio: História dos quilombos no Brasil**. Org. João José Reis e Flávio dos Santos Gomes. 1ª. ed. S. Paulo: Claro Enigma, 2012.

SANTANA, Rosiete Marcos. **Ontem e hoje na dinâmica territorial de um quilombo**. XIV Encontro Nacional de História Oral, 2018. Disponível em http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524713748_ARQUIVO_Artigoatual.pdf. Acesso em jan. 2021.

SILVA, Grazielle Roberta Freitas; MACÊDO, Kátia Nêyla de Freitas; REBOUÇAS, Cristiana Brasil de Almeida; SOUZA, Ângela Maria Alves e. **Entrevista como Técnica de Pesquisa Qualitativa**. *Online Brazilian Journal of Nursing*. E-ISSN: 1676-4285. Universidade Federal Fluminense Brasil. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/3614/361453972028.pdf> Acesso 20 jan. 2021.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos: Identidades e História**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. 1 ed. S. Paulo: Ática, 2014.

CAPÍTULO 2

ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO NOVA ESPERANÇA DE CONCÓRDIA DO PARÁ (ARQUINEC): LUTA E RESISTÊNCIA PELA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

José Francisco Maciel da Silva
Cleide Maria Velasco Magno
DOI: 10.46898/rfb.9786558897101.2

RESUMO

Esta é pesquisa qualitativa com abordagem narrativa, realizada na comunidade quilombo de Campo Verde em Concórdia do Pará. O objetivo geral foi compreender como ocorreu a luta da ARQUINEC para a implantação da escola na Comunidade Quilombola Campo Verde para responder em que termos narrativas orais de comunitários dos territórios quilombolas expressam as lutas e conquistas da ARQUINEC voltadas para educação no quilombo de campo verde? A pesquisa contou com a colaboração de 8 comunitários e o próprio pesquisador, os depoimentos foram gravados via celular e transcritos para a constituição do *corpus* da pesquisa sobre o qual incidiu a Análise Textual Discursiva (ATD) associado ao software IRAMUTEQ. O resultado obtido permitiu a emergência de duas categorias: ARQUINEC - fundação, lutas e conquistas. A segunda: ARQUINEC e a Educação no Quilombo Campo Verde. A ARQUINEC desde sua fundação foi atravessada pela educação, a qual foi essencial para que os comunitários se reconhecessem e buscassem o amparo na lei para o reconhecimento de sua origem remanescentes de quilombo e assim obter o direito a reparação com a titulação das terras de forma coletiva entre outros. Os resultados apontaram que os comunitários têm consciências das lutas travadas e se sentem fortalecidos pela forma que escolheram viver. Assim, ARQUINEC tem papel fundamental nesse processo, visto que organiza toda a comunidade. O caminho que descobriram para resistir e vencer foi a educação. Lutaram pela implantação, manutenção e agora lutam pelo desenvolvimento da educação quilombola dentro do território. A associação tem muitas conquistas importantes, mas atualmente a comunidade possui 53 estudantes na Universidade Federal do Pará, fora aqueles que já retornaram e estão engajados na comunidade. A educação muda as pessoas e as pessoas mudam o mundo.

Palavras-chave: ARQUINEC. Educação quilombola. Comunidade quilombola.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil os quilombos existem desde o século XVI, foram criados como uma forma de resistência sociopolítica e cultural. A maioria das comunidades estão localizada em áreas rurais muitas vezes de difícil acesso e muitas ainda vivem de maneira precária e sem atendimento das esferas públicas para energia, saúde, transporte e educação apesar de ter uma legislação que ampara aquelas que assumem suas identidades ou são reconhecidas.

A cartilha “Educação quilombola: um direito a ser efetivado”, publicação feita pelo Centro de Cultura Luiz Freire¹ em 2009, apresenta a questão nos termos a seguir.

Considerando que a educação é um dos direitos humanos básicos para a formação da pessoa, os quilombolas estão lutando para conquistar não só o direito ao acesso, mas principalmente as condições de permanência e bom aproveitamento e poder atuar para a construção de uma escolarização que contemple sua identidade, sua cultura, seus valores (CARTILHA 15-04 C, 2009).

¹ Cartilha 15-04 C. 2009. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dht/cartilha_cclf_educ_quilombola_direito_a_ser_efetivado.pdf. Acesso em: 24/07/2022.

Desse modo, a luta e resistência dos povos quilombolas continuam. As estratégias de sobrevivência adotados passaram/passam pelo cultivo da terra em lugares distantes dos centros urbanos da capital longe de tudo e de todos, mas não só isso, não só para sobreviver, mas para viver e dar continuidade à sua própria existência seja individual ou coletiva. Para tanto a “educação quilombola é compreendida como um processo amplo - que inclui a família, a convivência com os outros, as relações de trabalho e com o sagrado e as vivências nas escolas, nos movimentos sociais e em outras organizações da comunidade” (CARTILHA 15-04 C, 2009).

Nesse sentido, investigar, compreender e registrar a luta para que seja efetivado a educação escolar nos territórios quilombolas se faz necessário e urgente como mais um sinal de resistência e força para as gerações que aí estão como para aquelas que virão, a fim de que nossa cultura, identidade e a nossa própria história seja conhecida e reconhecida.

Assim, tenho como objetivo geral nesse estudo dar a compreender como ocorreu a luta da ARQUINEC para a implantação da escola na Comunidade Quilombola Campo Verde. Especificamente obter depoimentos de comunitários que viveram/vivem esse processo e ainda criar um breve panorama histórico da ARQUINEC, para responder a seguinte questão: em que termos narrativas orais de comunitários dos territórios quilombolas expressam as lutas e conquistas da ARQUINEC voltadas para educação no quilombo de campo verde?

Dessa forma, para comunicar esse estudo organizei o presente texto, a partir da introdução em: aporte teórico, procedimentos metodológicos, resultados e discussão e considerações finais, sobre os quais passo a discorrer.

2 APORTE TEÓRICO

Quilombo espaço de resistência e luta

Pesquisas tem mostrado que contar a história do quilombismo no Brasil ainda é ver uma historiografia que parte da ideia de que os negros escravizados eram submissões e obedientes aos seus senhores. No entanto, conforme Souza (2012) a partir de 1980 com Clóvis Moura e Abdias do Nascimento e outros, além da Constituição 1988 esse pensamento foi ressignificado, pois “onde houve escravidão, houve resistência” (Souza, 2012, p.16).

Segundo Souza (2012), no contexto do escravismo colonial, a resistência não era apenas um fenômeno de rompimento da relação que havia, os africanos e afro-brasileiros não só resistiram a ordem escravista, fugindo para os quilombos, eles trabalhavam compulsoriamente nas colônias, assumindo uma nova ordem que embora limitada favorecia uma

organização social que possibilitava a convivência nas cidades. Trabalhavam como “quitandeiros, marinheiros, engraxates, agricultores, escravos de ganho, etc.”.

Para Souza (2012, p.18), “o quilombismo se firmou no Brasil desde o século XVI e durou até a abolição; era fruto das contradições estruturais do sistema escravista e se apresentava como conflito social, a negação do sistema por parte dos oprimidos”. Sendo assim, os escravos reagiam as diferentes formas de violências que sofriam, provocadas pelo sistema escravista, promoviam revoltas e negociavam por meio dos pequenos espaços que eles conquistaram, como retrata Mattos (2012) no trecho a seguir.

[...] promoviam fugas e revoltas, aproveitavam a existência de pequenos espaços para negociação, espaços que eles próprios conquistaram ao mostrarem aos senhores a necessidade de terem certa autonomia para o bom funcionamento do sistema escravista. Os senhores conscientes de que dependiam do trabalho escravo - que não era especializado - permitiam uma margem para negociação (MATTOS, 2012, p.122).

Dessa forma, os escravos desenvolviam estratégias para alcançar a liberdade, seja com o enfretamento direto, a compra da alforria, a organização de quilombos, a fuga, sem falar de crimes e até suicídios, esses são apenas alguns exemplos. Tudo isso para dizer que existia a resistência, a luta, a negação desse sistema e ainda existe, agora de outros modos e de certa maneira por outras causas para além da prisão física. Quiçá agora a negação é contra um sistema que aprisiona o pensamento, que sujeita o indivíduo a precária condição de vida, de trabalho e de direitos.

Alguns escravos fugidos criaram comunidades isoladas e distante dos centros urbanos e de fazendas, engenhos etc. para escaparem e sobreviverem ao sistema imposto, entretanto construíam alianças com indígenas, pequenos agricultores e até mesmo escravos alforriados ou aqueles que negociavam um modo de vida diferenciado com os seus senhores e que conviviam entre as fazendas e as cidades ou centros urbanos na qual negociavam a produção feita nos quilombos de forma clandestina. Isso fazia com que aumentassem o número de fugitivos e por conseguinte os quilombos e provocava uma repressão ainda maior por parte dos senhores (MATTOS, 2012).

Todavia, segundo os estudos de Mattos (2012) surgiram muitos quilombos ao longo dos anos em todo o Brasil, um muito conhecido e famoso pelas lutas que travou até sua extinção física e morte de seu maior líder: o Quilombo dos Palmares, criado aproximadamente em 1597, liderado primeiro por Ganga Zumba e depois de sua morte por Zumbi dos Palmares que morreu decapitado em 20 de novembro de 1695. (MATTOS, 2012, SILVA, 2022) todos eles trazem a marca da resistência contra sistemas opressores e ainda hoje existem e suas lutas perpassam pelo direito a terra, a identidade, a cultura a saúde e a educação.

As comunidades remanescentes de quilombos

As comunidades que sobreviveram à escravidão e todo os tipos de violências infringidos pelo sistema escravista em nosso país, são denominadas de Comunidades Remanescente de Quilombos, pois mantem viva a identidade sociocultural quilombola. Todavia, o reconhecimento dessas comunidades data de um período recente, a constituição de 1988, quando se iniciou os processos de reconhecimento e titulação dos territórios (SOUZA, 2012).

Conforme os estudos de Souza (2012) as comunidades quilombolas se espalharam por todo o território nacional e suas formas de viver, suas crenças e costumes são mantidas pela oralidade dos seus anciãos e eu diria pela luta daqueles que entram num movimento social para que o próprio negro se reconheça como remanescente, ressignificando o que antes se entendia por quilombismo, sendo a referência a negros escravizados fugitivos, para então negros que resistem e lutam por direitos sociais e culturais com fonte de um pertencimento identitário de uma coletividade.

Nesse sentido, Mattos e Abreu (2012) mencionam sobre a questão nos seguintes termos:

Juristas, historiadores e antropólogos [...] tiveram papel importante nessa discussão. Tendo em vista o crescimento do movimento quilombola a partir de final do anos 1990, passaram a predominar, no campo antropológico e jurídico, as interpretações que consideravam a ressemantização da palavra quilombo para efeitos da aplicação a provisão constitucional, valorizando o contexto a resistência cultural que permitiu a viabilização histórica de tais comunidades (MATTOS; ABREU, 2012, p.141).

Dessa forma, vem se abrindo espaços para as comunidades quilombolas possam conferir valores ao patrimônio cultural à sua própria história, memória e expressão cultural, como o acarajé, o samba de roda, o tambor de crioula, o samba e a copeira, reconhecidos internacionalmente como patrimônio cultural brasileiro afrodescendente, não sem antes lutas e resistências as forças contrárias apesar da legislação, entre os quais o Decreto nº 4887/2003 que regulamenta o Art. 68 (BRASIL, 2003).

Nesse sentido a Fundação Palmares é o órgão federal responsável pela identificação, reconhecimento e titulação das comunidades que se reconhecem como herdeiras de quilombos frente ao INCRA. No endereço eletrônico da Fundação Palmares se encontram todas as orientações sobre a legislação que rege esse processo. Vale frisar que “a maioria das comunidades ainda vivem em situação de desigualdade socioeconômica e de espoliação de direitos assegurados” (SOUZA, 2012, p.92).

Entretanto Souza (2012) destaca que a militância quilombola trava lutas e tem alcançado muitas conquista para que seja legitimada a Lei Federal Constituinte em seu

artigo N° 68, pois na prática o reconhecimento passa pela luta contra interesses e conflitos fundiários e econômicos de grupos e empresas articuladas política e economicamente que dificultam a aplicabilidade da Lei, uma vez que não é suficiente a autodeclaração histórica e cultural com elementos que comprovem a identidade e as intermediações institucionais federal e estadual sejam burocráticas e politizadas, deixando a desejar em seu papel.

Assim sendo, após a abolição da escravidão, os africanos e seus descendentes enfrentaram o difícil acesso ao trabalho, a discriminação e a exclusão social, porém nunca se abateram, ao contrário se organizaram em associações políticas e culturais que deram origem aos movimentos pela identidade, defesa do território e do patrimônio de uma cultura rica e diversa que constitui parte da cultura brasileira e que diante do preconceito e da desigualdade social não se cala (MATTOS, 2012).

Para Malcher (2009, p.02) o entendimento sobre “identidade quilombola e identidade aparecem intimamente imbricados, a construção do território produz uma identidade e a identidade produz o território”, sendo este processo resultado de ações coletivas, recíprocas, de sujeitos sociais. de modo que a territorialização, é construção, movimento, no tempo e no espaço e suas relações com a natureza.

Nesse sentido, no Pará existem um número grande de associações que se reconhecem e já foram reconhecidas como remanescente de quilombos. Essas associações quilombolas são representadas pela Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU),

Assim, a MALUNGU foi criada em março de 2004 e está organizada em cinco conselhos regionais: Salgado, Nordeste Paraense, Guajarina, Baixo Amazonas e Tocantins. De modo geral “tem como objetivo à garantia do modo de vida, dos direitos e de condições equânimes para as comunidades quilombolas no Pará, na Amazônia e no Brasil” (MALUNGU, 2018), nacionalmente, tais associações são representadas pela Coordenação Nacional de Comunidades Rurais Quilombolas (CONAQ), criada no ano de 1996 na Bahia (RIBEIRO; SCHMITZ, 2018).

Educação quilombola uma forma de resistência

A educação é um direito assegurado em toda e qualquer sociedade. A educação quilombola compreendida como um processo que inclui a família, a convivência com os outros, as relações de trabalho, com o sagrado e as vivências nas escolas, nos movimentos sociais e em outras organizações da comunidade, assim como deve aproximar os saberes da comunidade e os curriculares (CARTILHA 15-04 C, 2009).

Nesse sentido, o conjunto de leis que assegura a educação quilombola são: constituição 1988 em seu artigo nº 206, que trata da igualdade, liberdade, gratuidade, pluralismo, valorização de profissionais, gestão democrática e garantia de padrão de qualidade; a Lei 9394/1996 que estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional deu passos no sentido da escola renovar os seus rumos com autonomia e participação, enquanto a Lei 10.639/2003 altera a Lei 9394/1996 da Educação, e instituiu a inclusão no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (CARTILHA 15-04 C, 2009).

Desse modo, com vista a fazer valer a Constituição Federal de 1988, a Lei 9394/96 e a Lei 10.639, o Conselho Nacional de Educação aprovou em 10/03/2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana (CARTILHA 15-04 C, 2009).

Outros documentos importantes que tratam da educação quilombola são: a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (BRASIL, 2012). O Parecer CNE/CEB nº 8/2020, aprovado em 10 de dezembro de 2020 – Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas (BRASIL, 2020) e o Parecer CNE/CEB Nº 3/2021, aprovado em 13 de maio de 2021 (BRASIL, 2021) que reexamina o parecer anterior.

Segundo as orientações, a educação escolar quilombola deve assegurar que o currículo contemple em sua base: a memória coletiva; as línguas remanescentes; os marcos civilizatórios, nas práticas culturais; as tecnologias e formas de produção do trabalho; os acervos e repertórios orais; a territorialidade; os festejos, usos e tradições e demais elementos que constituem o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país (BRASIL, 2012).

Ressalto, entretanto, que o último marco legal para a educação no Brasil - a BNCC apresenta referências a educação quilombola que realmente não contribui para a inclusão nesse contexto social o direito garantido pela legislação a uma educação em que lhe seja considerado suas referências sócio-históricas construídas e negadas ao longo do tempo.

Dessa forma, Ávila (2020) no trecho a seguir de sua tese sobre a questão da homogeneização do currículo destaca que não resolverá problemáticas educacionais no campo da Educação Quilombolas.

Reafirma-se que a homogeneização do currículo não será capaz de resolver os problemas educacionais, pelo contrário, estamos vivenciando “conflitos em torno da política de conhecimento oficial” que produz efeitos sobre “a própria ideia de educação pública e a própria ideia de um currículo que responda às culturas

e histórias de amplos e crescentes segmentos da população” (APPLE, 2011, p.73). Esses efeitos são resultados da aliança conservadora que se aproxima, no contexto brasileiro, com a defesa da BNCC em que pese a homogeneização e padronização dos conhecimentos legítimos ao garantir a transmissão dessa “cultura comum” europeia e estadunidense, em que não há espaço para diferença e diversidade (ÁVILA, 2020).

Nesse sentido, as comunidades quilombolas tem a educação como mais um sinal de luta e resistência para que seja realmente efetivado em seus territórios direito uma educação que contemple suas características.

No entanto, a luta não diz respeito, só a conquistar dessa efetivação desse direito ao acesso, mas, conforme Cartilha 15-04 (2009), a principalmente as condições de permanência e bom aproveitamento e poder atuar para a construção de uma escolarização que considere a sua identidade e suas formas culturais diversas dependendo de onde se encontram seus territórios e suas relações com o ambiente, de maneira que:

Pensar em educações quilombolas implica, portanto, entender as relações existentes no dia a dia das pessoas, a relação entre homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos e a relação deles com a terra, com o sagrado, com a cultura e com as diversas formas de organização (CARTILHA 15-04 C, 2009, p.10).

Nesse sentido, para implementar e manter a educação quilombola em uma comunidade há que se pensar na construção de uma proposta política pedagógica que faça sentido e tenha um significado para as pessoas das comunidades, principalmente para os alunos, sendo assim se faz necessário o envolvimento de toda a comunidade, que assume compromisso com a identidade e com o resgate cultural, relacionando ainda a dimensão da identidade com outros temas, tais quais: a terra, a história, a memória e a organização, afim de que a escola seja construída na ação e, na ação seja transformadora (CARTILHA 15-04 C, 2009).

Outro ponto que cabe aqui destacar é sobre o racismo estrutural, na qual toda escola de modo especial a de educação quilombola, deva tratar em seus currículos. O racismo institucional que ocorre de forma velada no dia a dia de instituições e organizações, resultando na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades de forma desigual sob o ponto de vista racial.

De acordo com Ávila (2020, p.112), “o racismo institucional brasileiro não se torna visível com atos agressivos, mas parece nutrir-se de ideologia que aceita brancos e negros juntos, desde que os negros se mantenham no lugar convencionado a eles”. Assim sendo, o Brasil assinou desde 1968 a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, assinada por 167 Estados na Organização das Nações Unidas -ONU (ÁVILA, 2020).

Nesse sentido, considera-se a importância de escolas quilombolas, pois ao desenvolverem práticas de fortalecimento de identidade étnica e da referência de acesso a direitos, se tornam essências para que os alunos primeiro sejam sensibilizados e compreendam que os quilombolas são iguais na sua condição humana e no direito a ter direito, mas são diferentes no modo de vida, na expressão da cultura e nas formas de se relacionar com o outro (ÁVILA, 2020).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação consiste em uma Pesquisa Narrativa (CLANDININ; CONNELLY, 2015) a qual por meio de histórias narradas busca compreensões novas e outras histórias são criadas e vividas. Assim, elas nos educam e a outros também. Deste modo, nesse tipo de pesquisa são levados em consideração como elementos essenciais à pessoa, o contexto, a ação, a temporalidade e a certeza. (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p. 63-64).

Nesse sentido, levantamos a seguinte questão de pesquisa: em que termos narrativas orais de comunitários dos territórios quilombolas da ARQUINEC expressam as lutas e conquistas voltadas para educação no Quilombo de Campo Verde? como objetivo geral busco dar a compreender como ocorreu a luta da ARQUINEC para a implantação da escola na Comunidade Quilombola de Campo Verde. Especificamente obter depoimentos de comunitários que viveram/vivem esse processo e ainda criar um breve panorama histórico das lutas e conquistas da ARQUINEC.

Para a análise *corpus* de pesquisa fiz uso da Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi (2016) associado a ferramenta IRAMUTEQ que é um software gratuito, ancorado no *software* R que é ambiente estatístico na linguagem *python* (SALVIATI, 2017; CAMARGO E JUSTO, 2021).

Assim, conforme ATD as histórias narradas são analisadas com intuito de construir um novo significado, cujos elementos que constitui o procedimento são a unitarização, na qual é feito a desmontagem do *corpus* em unidades de significados, em seguida se reorganiza essas unidades em conjuntos de significados que é a categorização e se passa então para a escrita de metatextos que são as interpretações que se faz para a elaboração e rescrita do texto final da investigação que pode ir se reorganizando e rescrevendo, (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 11-12).

Enquanto a ferramenta estatística o IRAMUTEQ, possibilita cinco tipos de processamentos: i) Estatísticas, ii) Análise Fatorial de Correspondência (AFC); iii) Classificação Hierárquica Descendente (CHD); iv) Análise de similitude e v) Nuvens de palavras. Escolhi

a análise de similitude para as análises, pois identifica as ocorrências e coocorrências de palavras e as apresenta em um grafo que indica partes comuns, singularidades e variáveis descritivas na análise (SALVIATI, 2017; CAMARGO E JUSTO, 2021).

Desse modo, o lócus da pesquisa foi a Comunidade Quilombola de Campo Verde, que está localizada às margens do rio Bujaru, tendo como vias de acesso a estrada vicinal Transjutaí e o rio Bujaru. Dista cerca de 39 km da sede do município de Concórdia do Pará. Os moradores estão dispostos em uma área de 1.185,5124 ha, recortada pelo rio Bujaru e alguns de seus afluentes, por duas vicinais e inúmeros caminhos internos. (SANTANA, 2018).

A comunidade é titulada e faz parte da ARQUINEC, possui atualmente 68 famílias, um espaço chamado de arraial, que na qual estão localizados a escola polo (com 7 anexos fora); a igreja católica erguida em homenagem a São Tomé, padroeiro da comunidade; o cruzeiro, bem em frente à igreja; o salão paroquial; A comunidade possui também um barracão de eventos, 1 igreja evangélica e 1 Igreja da Paz, 2 campos de futebol, 20 casas de farinha, 5 poços artesianos com bomba, energia elétrica, 18 casas construída pelo projeto minha casa e minha vida e 2 mercearia pequenas. As famílias vivem principalmente da agricultura familiar, da pesca e pequenas criações de aves e porcos, não possui saneamento básico.

Para tanto, participaram como colaboradores nove (09), aqui nomeados no quadro 01 que aceitaram prestar depoimentos autorizando o uso de suas identidades como procedimentos éticos de pesquisa acadêmica, como critério de seleção optamos que fossem comunitários do Quilombo Campo Verde a qual pertencem ou fossem associados da ARQUINEC; seus perfis estão no Quadro 01 a seguir.

Quadro 01- Perfil dos Colaboradores

NOME	PERFIL
CANUTO CORDEIRO DOS SANTOS	Tenho 57 anos, nascido e criado na comunidade do Campo Verde, primeiro professor da comunidade.
MIGUEL MODESTO DA SILVA	Tenho 74 anos, viúvo, vim para o quilombo Campo Verde aos 5 anos de idade, pai de 9 filhos e fui coordenador da comunidade católica.
JOSÉ FRANCISCO MACIEL DA SILVA	Tenho 46 anos, sou casado pai de 3 filhos, tenho 1 netinha e sou o atual presidente ARQUINEC. Fui presidente da ARQUINEC de 2010 a 2014 e de 2020 a 2022 (atual) e fui também vice-presidente de 2005 a 2009 e 2016 a 2020.

MARIA DE JESUS CARDOSO	Tenho 60 anos, sou mãe de 7 filhos, meus quatro filhos, graças a Deus estão todos na UFPA. professora desde 1981 até o momento no Campo Verde.
BENILSON PERDIGÃO MENDONÇA	Tenho 44 anos, sou casado, pai de 3 filhos e uma neta, faço parte da ARQUINEC desde sua fundação, fui presidente da associação no período de 2016 a 2020.
ANTONINA BORGES SANTANA	Tenho 69 anos, nascida e criada na comunidade do Ipanema remanescente de quilombo (1971), sou mãe de 8 filhos vivos e 2 mortos 10 filhos ao todo, tenho 13 netos e 2 bisnetos, Monitora do Círculo de Cultura (CPT Guajarina).
ALICE MACIEL DA SILVA	Tenho 46, fui a primeira monitora do “círculo de cultura” em 1993 da Comunidade Quilombola de Dona, foi esse “Círculo de cultura” que deu origem as comunidades quilombola da ARQUINEC.
SEBASTIÃO PEREIRA DA COSTA	Tenho 52 anos, sou casado com dona Norma Sueli, sou pai de 3 filhos (2 garotas e 1 rapaz) e moro aqui na Comunidade Quilombola de Santo Antônio desde que eu nasci.
SEBASTIANA BELÉM DA SILVA	Tenho 57 anos, sou casada civil e religioso há 37anos, tenho 6 filhos e sou avó de 20 netos e tenho 2 bisnetos.

Fonte: depoimento dos comunitários.

Esses depoimentos-dialogados foram gravados em áudio via celular, na sequência foram transcritos e organizados tornando-se o *corpus* textual da investigação. Para o processamento no IRAMUTEQ, este foi sistematizado, codificado e retirado todas as pontuações, acentuações e alguns termos unificados por traço sublinhado (*underline*) conforme os significados, depois foram salvos em bloco de notas e processados. A análise de similitude foi selecionada e os resultados apresentados (Figuras 1 e 2) foram utilizados para os procedimentos com a ATD.

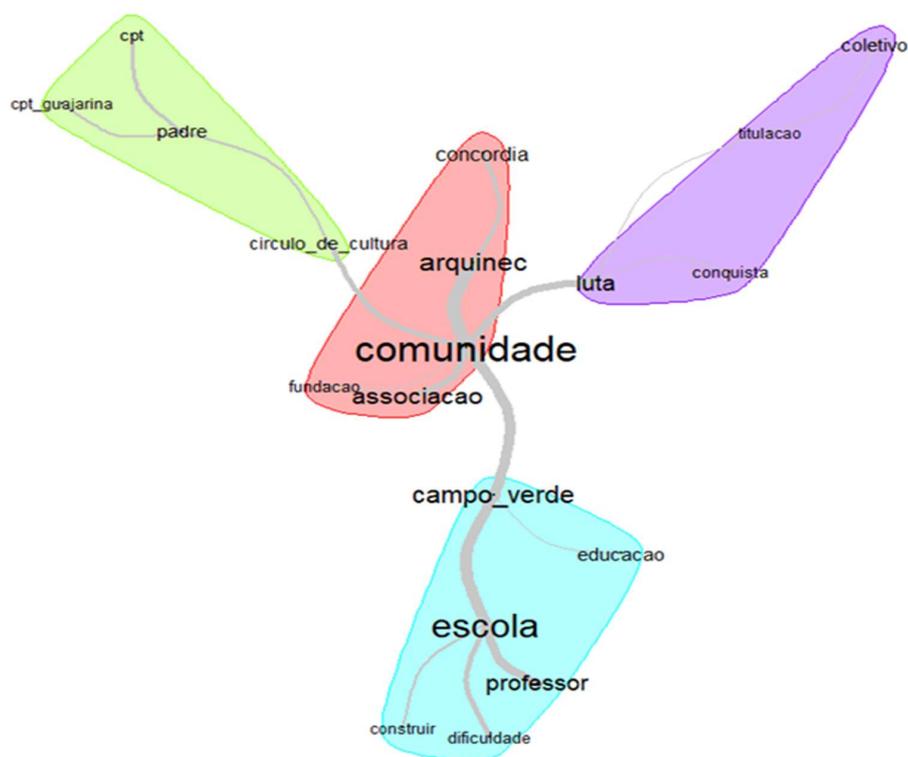
Figura 1- Informações Gerais

<p> I R A M U T E Q - Dia 24 de agosto 2022 18:20:07 +-+ +-+ +-+ +-+ +-+ Número de textos: 9 Número de segmentos de texto: 254 Número de formas: 1929 Número de ocorrências: 10359 Número de lemas: 1390 Número de formas ativas: 1230 Número de formas suplementares: 152 Número de formas ativas com frequência > = 3:409 Médias de formas ativas por segmento: 40,783465 Número de classes: 6 205 segmentos classificados em 254 (80,71%) ##### Tempo: 0h 0m 24s #####</p>
--

Fonte: processamento no IRAMUTEQ.

O resultado do processamento no IRAMUTEQ apresentou a quantidade de textos (9), de segmentos de textos² criados pela partição do *corpus* (254) e conforme o padrão da língua portuguesa o número de formas³ analisadas (1929), as ocorrências das palavras (10359), os lemas⁴ (1390), as formas ativas⁵ (1230) e suplementares⁶ (152), a quantidade de classes de palavras conforme a ocorrência e coocorrências (6) e um percentual de aproveitamento de 80,71%, que valida o processamento, uma vez que o mínimo seria em torno de 70 conforme o manual⁷, além de apresentar o tempo de processamento (24s), a data/hora, também foram criados arquivos estatísticos de todas as análises feitas, tal qual o *corpus* colorido (conjunto de segmentos de texto coloridos conforme as classes criadas ou conforme evocação na biblioteca de palavras). Os resultados da análise de similitude feito pelo IRAMUTEQ estão representados no grafo a seguir.

Figura 2- Grafo de análise de similitude



Fonte: do processamento no IRAMUTEQ

A partir do que foi gerado, com o processamento no Iramuteq, de acordo com Moraes e Galiazzi (2016) continuei os procedimentos com a ATD. Assim, foi possível aferir significados aos termos dentro das comunidades coloridas formadas, quais sejam:

2 São fragmentos de texto, geralmente com três linhas, originada pelo software conforme o tamanho do *corpus* analisado.

3 São palavras ativas e suplementares

4 É a base comum de significado de uma palavra, ou seja, é a palavra deflexionada ou lematizada (ex.: em estudo, estudar e estudante - o lema é estud).

5 São os verbos, substantivos e aquelas palavras não encontradas no dicionário

6 São os adjetivos, advérbios, preposições, numerais, artigos etc.

7 Salviati (2017).

- Comunidade Verde: CÍRCULO DE CULTURA (12), padre (10), CPT (11), CPT-Guajarina (5).
- Comunidade Rosa: COMUNIDADE (88) ARQUINEC (37), associação (32), concórdia (20), fundação (7).
- Comunidade Lilás: LUTA (26), coletivo (14), conquista (8), titulação (6).
- Comunidade Turquesa: ESCOLA (70), campo verde (37), professor (28), educação (18). dificuldade (10), construir (7).

Dessa forma, destacamos que na ATD (MORAES; GALIAZZI, 2016), a unitarização identifica e caracteriza unidades de significados no *corpus*, a partir da desmontagem dos textos. A categorização é o processo de organização, ordenamento e agrupamento do conjunto de unidades de significados dos fenômenos e a produção de metatextos são registros escritos e reescritos sobre novas compreensões dos fenômenos investigados. Esses elementos constituem os procedimentos da ATD.

Vale ressaltar que a associação dos procedimentos da ATD com o IRAMUTEQ agilizou as análises, a partir de então, baseados na formação das comunidades coloridas e os segmentos de textos, conforme os procedimentos de análises da ATD foram criadas duas categorias: a primeira trata de aspectos da criação e ações de lutas e resistência da ARQUINEC, foi titulada *de ARQUINEC: fundação, lutas e conquistas*. A segunda trata das lutas travadas pela ARQUINEC para implantar a escola dentro da comunidade quilombola Campo Verde, foi nomeada da seguinte forma: *ARQUINEC e a Educação no Quilombo Campo Verde*

Dessa forma, apresento a seguir os resultados e discuto com os autores que foram selecionados para a pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

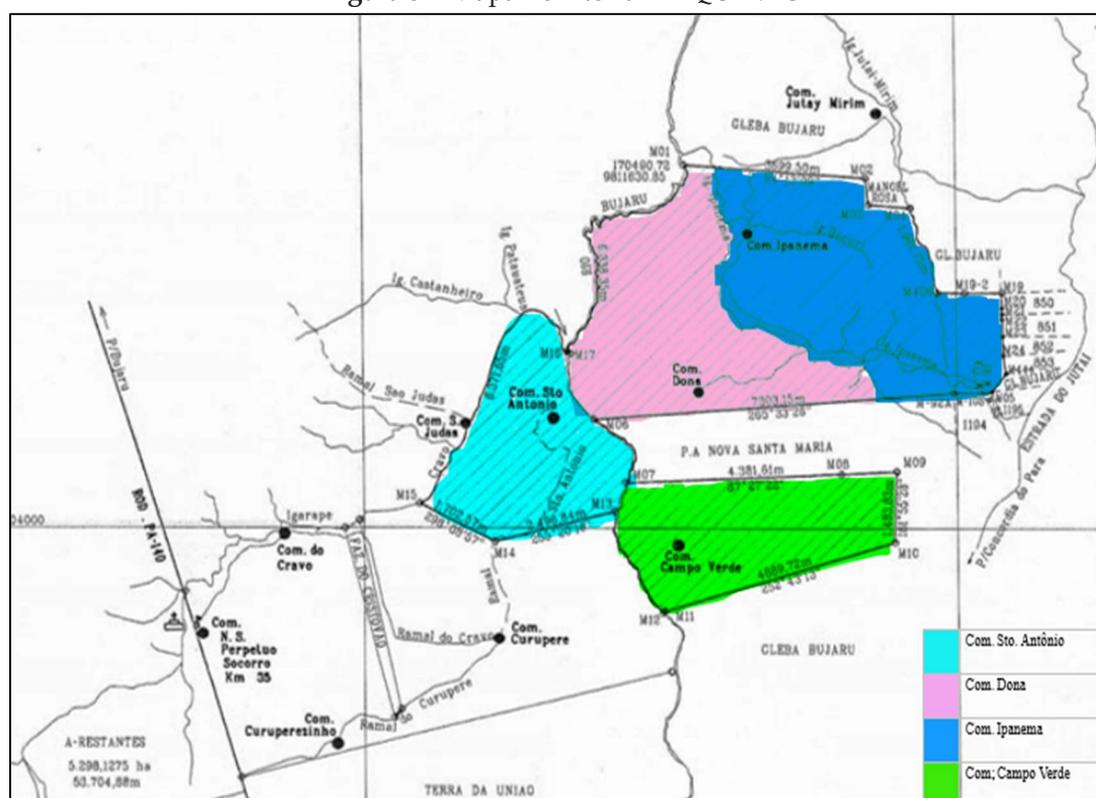
Em se tratando de comunidades remanescente na atualidade, elas continuam a travar lutas e a resistir diante da opressão de toda natureza com a finalidade de que seus direitos conquistados sejam efetivamente alcançados e reconhecidos pela sociedade brasileira. Uma frente de resistência poderosa e eficaz é a educação, pois ela é base para garantia de que possam não apenas conhecerem e reconhecerem seus direitos, mas terem a oportunidade de se desenvolverem integralmente, para tanto as comunidades contam com o apoio das associações quilombolas, organizadas em todo território nacional e no Pará, na região de

Concórdia as Comunidade Quilombolas associadas a ARQUINEC contam com suas ações para a implantação de uma educação quilombola com características próprias.

ARQUINEC: fundação, lutas e conquistas

A Associação de Remanescentes Quilombolas de Nova Esperança de Concórdia – ARQUINEC, foi fundada no ano de 2001, inicialmente, as comunidades participantes eram: Igarapé Cravo, Curuperé, Campo Verde, Igarapé Dona, Ipanema e Santo Antônio (Figura 1); atualmente é formada por quatro comunidades: Campo verde, Igarapé Dona, Ipanema e Santo Antônio (Figura 3), sendo que nesta última está localizada a sede a Associação. (FERREIRA, 2021).

Figura 3 – Mapa Territorial ARQUINEC



Fonte: Diário Oficial da União Nº 235 (2006, p.146). Grifos nossos.

A fundação da ARQUINEC se deu através do “círculo de cultura” na pessoa do Padre Sergio e sua equipe que era formada por pessoas da CPT Guajarina e algumas pessoas da comunidade, que ministravam a alfabetização de jovens e adultos com a metodologia de Paulo Freire. O advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o padre por meio de pesquisa constataram que no território, que ainda não era reconhecido, havia pessoas descendentes de escravos e após o estudo tudo foi comprovado. A história da fundação da ARQUINEC foi retratada pelos comunitários nos seguintes termos:

A ARQUINEC foi fundada no dia 22 dezembro de 2001. Para isso em primeiro lugar nós começamos o estudo do “círculo de cultura” que tinha pela frente uma coordenação que era composta por Padre Sérgio, irmã Rosa, irmã Adelaide, Raimundo, Socorro, Rosa, Maria e Ro, que foram atrás da Antonina para completar a equipe da CPT Guajarina. Esse estudo era alfabetização de jovens e adultos com a base na metodologia de Paulo Freire (ALICE).

Eu sou um dos fundadores da ARQUINEC o processo para fundar a começou com a CPT Guajarina um trabalho do Padre Sérgio, da minha mãe (Celina Pereira) e a Antonina que trabalhava na formação de liderança. Um dia, o advogado da CPT o doutor Jerônimo Treteni descobriu que existia um artigo na constituinte que regulamentava o território remanescente de quilombo (Art. 68). A Antonina trabalhando com “círculo de cultura” com alfabetização de adultos estilo Paulo Freire na Sagrada Família, na área do São Judas e no Cravo e depois aqui no Santo Antônio e Dona no estudo da *cartilha Quizomba* descobrimos que aqui no Santo Antônio também era uma área de remanescente de quilombo (SEBASTIÃO).

A fundação da ARQUINEC se deu com estudo do “círculo de cultura” pela CPT na pessoa do Padre Sérgio e do doutor Jerônimo que assim que ele descobriu a lei veio trazer esse recado para gente e a gente aqui na comunidade Santo Antônio nossa liderança não teve dúvida, devido as pessoas dos nossos bisavôs que viveram aqui antes já tinha certeza que a gente fazia parte desse povo afro (SEBASTIANA).

Da leitura dos depoimentos, foi possível observar a importância do “Círculo de Cultura” para que os comunitários descobrissem e aceitassem suas origens e só a partir de então buscar o reconhecimento por meio da associação. Nesse processo, eles destacaram quem esteve à frente dessa luta para que eles alcançassem o entendimento do que se tratava e como eles poderiam obter a garantia de um direito de reparação por tudo que seus antecedentes e eles inclusive passaram/passam.

Quanto a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Igreja Católica que foi mencionada por todos os comunitários, foi fundada em plena ditadura militar, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO), para atender trabalhadores rurais, sobretudo na Amazônia, que viviam em condição análoga à escravidão (CPT, 2010).

Nos estudos promovidos pela CPT nas comunidades, a metodologia era a freiriana, na qual por meio de palavras geradoras provocavam a reflexão e conduzia a ação. No depoimento de Alice ela afirma que para além da escrita e leitura “*era feito o trabalho também do agir, e também logo descobrimos através do estudo da palavra geradora **escravidão** que as comunidades de Bujaru e Concordia do Pará 50% eram remanescentes de quilombos*” (ALICE).

Isso, confirma que o trabalho de correr atrás de subsídios se deu a partir do esclarecimento sobre o que seria ser remanescente e que para isso, a ajuda da “*cartilha de Oriximiná e de Abaetetuba*” entre outras, que foram igualmente importantes foi essencial. Sebastião menciona que “*foram feitas várias oficinas [...] para gente entender e compreender como era que a*

gente via o território de remanescente de quilombo, qual era a nossa compreensão, onde era a nossa área, onde a gente pescava, caçava”

Alice, ainda comenta que foi nesses estudos que aprendemos que “*o individual era em vão, mas não o trabalho coletivo*”. Assim, o trabalho de conscientização nas comunidades ocorreu e o entendimento dela sobre isso foi expresso da seguinte maneira.

O trabalho coletivo em primeiro lugar, a exemplo dos cristãos, tinha tudo em comum e assim fomos de comunidade em comunidade para aumentar esse trabalho e espalhar essa notícia e muitos abraçaram a nossa luta depois desse trabalho levado ao conhecimento de nossas comunidades, muitas comunidades entraram conosco e muitas deixaram de entrar (ALICE).

Aqui o seu comentário nos faz pensar que a luta pela conscientização dos comunitários foi árdua, principalmente no que se refere a entregar o título de terra individual para o coletivo, pois era essa a condição para o reconhecimento federal de que a comunidade é remanescente de quilombos, mas nem todos aderiram e não quiseram entregar seus títulos. Sebastião menciona, a seguir, que esse trabalho foi se intensificando no que resultou na titulação de algumas comunidades e outras não.

Foram vários passos se deram até que em 2009 o processo avançou para titulação, mas não em todo território que a gente inicialmente tinha criado, o Cravo, Curuperé, Castanhalzinho e o Quilometro Trinta e Cinco houve intensas manifestações, lideranças sindicais e lideranças políticas ficaram do lado dos que não aderiram a titulação coletiva, não abriram mão do seu título ou algum documento que tinha da terra como individual e isso dificultou muito o processo avançar nesses territórios (SEBASTIÃO).

Nessa mesma direção, Sebastiana destaca no trecho a seguir, a questão das cartilhas, a ação da CPT e do advogado da CPT encarregado, estes deram “*a notícia*” que eles seriam remanescentes de quilombos e o que deveria ser feito para o reconhecimento conforme lei (Art. 68 da Constituição) que amparava os direitos das comunidades remanescente.

Na comunidade Santo Antônio a nossa liderança não teve dúvida devido os nossos bisavôs que viveram aqui antes, já tinham certeza que a gente fazia parte desse povo afro [...] Fizemos aquele estudo de “*minha terra*”, uma cartilha que falava sobre a terra, com esse estudo quem tinha o título individual, a pessoa que estava responsável por esse título, não teve dúvida de aceitar que era remanescente e a maioria das família aqui do Santo Antônio rapidinho entrou em acordo e entregou o título (*individual*). Então devido a história que a gente já vivenciava, mas não sabia bem, mas com o estudo e com a pesquisa feita a gente ficou sabendo e rapidinho se aceitou e teve essa identidade reconhecida do remanescente (SEBASTIANA).

Desse modo, conforme o depoimento de Sebastião, a seguir, a associação foi constituída em uma reunião com representantes de várias comunidades.

Para que se constituísse a associação foi feita uma reunião em no salão paroquial de Santana com representantes de Campo Verde, Castanheiro, São Judas [...] foi um dia todo e esteve presente também o Padre Sérgio, o companheiro dele o Pedro que trabalhava na CPT de Abaetetuba, [...] houve a concordância em criar associação, uma na área de Concordia e outra na área de Bujaru, mas que lá não houve um consenso na adesão da titulação coletiva para a regulamentação do território e

afunilou ficando só o São Judas. E foi escolhido inclusive o nome da ARQUINEC depois de várias sugestões de nomes por Concórdia do Pará e OXALA por Bujaru e depois disso houveram várias reuniões com o Padre Sérgio, o Pedro da CPT e o Ro no Cravo para esboçar um estatuto e um regimento que nunca foi efetivado, mas o estatuto foi esboçado a partir de outra experiência em Oriximiná (SEBASTIÃO).

Sobre a questão do estatuto Sebastiana que foi secretaria desde a primeira coordenação menciona como ocorreu e quem ajudou a escrever o estatuto da associação nos seguintes termos.

Eu escrevi tudo a mão o estatuto da associação. Primeiro eu escrevi junto a parceria do Ro de Abaetetuba, passamos noite escrevendo. Eu, o Babazinho (Sebastião) e o compadre Isaias que nesse tempo era uma das pessoas que participava da comunidade, ele também ajudou, mas eu escrevi tudo a mão que naquele tempo ninguém tinha computador (SEBASTIANA).

No entanto, durante o processo para a titulação das comunidades da ARQUINEC, houve muita luta, uma marcante diz respeito a venda das terras para grandes empresas de agronegócio, no que ficou conhecido como a “guerra do dendê” (Figura 4). Em 2008, a associação teve que fincar o pé na PA-140 para paralisar a venda das terras, porque as pessoas estavam vendendo muitas terras quilombolas para a empresa Vale do Rio Doce na época, hoje a BBF. Sobre essa questão Antonina destaca isso como uma conquista. E ela diz que “em 2008 por aí conseguimos paralisar a venda de terra nas comunidades quilombola para empresa naquela época a Bio-Vale”, da Companhia Vale do rio Doce.

Figura 4 - Imagem de José Francisco e Sebastiana Belém (Projeto Mapeamento Social)



Fonte: Boletim Informativo N° 9 - Guerra do Dendê (2014)

Nesse boletim Informativo, é possível encontrar duas entrevistas dadas por José Francisco e Sebastiana Belém sobre a questão do dendê e a venda das terras nos quilombos da região CPT Guajarina de Concórdia e Bujaru. Segundo o informativo os quilombolas nunca foram consultados sobre o “mega projeto de desenvolvimento”, a partir da industrialização do dendê. Eles apenas viam o avanço e a destruição da terra para plantação com

muitas preocupações isso sem falar que atrapalhava por exemplo, o reconhecimento e por conseguinte a titulação.

Para Benilson, a titulação inviabiliza a venda das terras para as grandes empresas, ele diz *“Para nós é motivo de proteção que as nossas terras são tituladas e isso não deixa a gente perder o território para invasores por conta dos grandes empresários do agronegócio”* concluindo que *“vale a pena passar por tantos desafios se o bem é coletivo”*.

Essa empresa coordenava a compra de terra para o plantio do dendê, prejudicando o processo de reconhecimento do território como quilombola, porque os donos de títulos individuais não aderiam a coletividade para vender parte da terra ou toda a sua terra, mas nós conseguimos paralisar, ou seja, parar a venda dos terrenos, fazendo diversas manifestações, entre essas a paralização da PA-140. Foi uma batalha ganha na época. Além disso, prejudicou e ainda continua a prejudicar, não só nosso território, pois está matando a floresta e principalmente a vida dos peixes dentro do Município de Concórdia do Pará, porque joga veneno utilizado no beneficiamento do dendê nas nascentes dos igarapés que descem nos rios matando nossos peixes e inviabilizando o uso da água.

Nesse sentido, um dos objetivos da ARQUINEC é preservar o meio ambiente porque se não preservarmos o meio ambiente nós não temos como cuidar da vida, das pessoas. Imagine se acabar com toda a nossa mata, com toda a nossa água, com nossos rios, nossos igarapés, nossas florestas como é que nós vamos conseguir viver? Então nós temos que cuidar primeiro da água, porque a água que dá vida a todo ser que existe na terra.

A ARQUINEC tem outras conquistas, como a titulação das quatro comunidades que afinal aderiram a titulação coletiva. Antonina menciona ainda: a certificação de nove comunidades, o aumento de liderança nas comunidades com a criação de grupos de base, distribuição de cestas básicas para nove comunidade, a vinda do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, tanto para o município de Bujaru como para o município de Concórdia do Pará e o Projeto Minha Casa Minha Vida pelo Programa Nacional de Habitação Rural, o Bolsa família e a construção da Nova Cartografia Social da Amazônia.

Antonina destaca também que entre as lutas a vencer estão a titulação de outras áreas, *“pois tínhamos 22 comunidades e pelo fato que houve uma grande desinformação ou informação errada sobre nosso trabalho, como por exemplo: que um podia entrar na terra do outro e tomar a terra do companheiro ou que nós ficaríamos com a terra de todos sem permissão”*, fez com perdêssemos mais da metade das comunidades quilombola.

Entretanto, antes da titulação, Sebastião comenta que após intenso trabalho com apoio do MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), dos comunitários e outros grupos remanescentes, foi feita a ocupação no INCRA para que disponibilizassem pessoas para o processo de demarcação e titulação. Foram longos anos de espera e de luta a partir dessas ocupações, pois assim como os assentados tem direito a fomento, a água e estrada também o quilombo tinha direito para que a regularização fosse feita; até que veio um antropólogo e um agrimensor fazer o levantamento e em 2009 finalmente saiu a titulação das comunidades da ARQUINEC cuja a primeira sede foi na casa de farinha das mulheres quilombola que depois se tornou sede própria.

Segundo os depoimentos, desde sua criação os coordenadores com ajuda e o trabalho coletivo das comunidades lutaram e ainda lutam para conquistar a efetivação de direitos e o que for necessário para que as comunidades tenham uma vida digna, sendo assim o Quadro 02 a seguir apresenta o período e quem já coordenou da ARQUINEC.

Quadro 02 - Coordenadores da ARQUINEC

PERÍODO	COORDENADOR
2001 - 2005	Sebastião Pereira da Costa
2005 - 2009	Antonina Borges Santana
2010 - 2013	José Francisco Maciel
2014 - 2015	Alice Maciel da Silva
2016 - 2020	Benilson Perdigão Mendonça
2020 - Atual	José Francisco Maciel

Fonte: os depoimentos.

Todavia, entre as lutas da ARQUINEC existe uma que aos poucos está sendo conquistada – é a luta no campo da Educação, na categoria a seguir apresento aquela travada na comunidade quilombola de Campo Verde, que é *locus* da presente pesquisa.

ARQUINEC e a Educação no Quilombo Campo Verde

No campo da educação, a ARQUINEC tem como marco a história da implantação da Escola na Comunidade de Campo Verde (Figura 5). Canuto conta que *“na época a escola surgiu porque os alunos que moravam do lado daqui do rio tinham dificuldade para ir a aula na escola que ficava do outro lado do rio”*. Enquanto Miguel menciona que o primeiro professor a lecionar na escola foi o próprio Canuto.

Figura 5- E.M.E.F. Quilombo de Campo Verde



Fonte: acervo particular do autor

Segundo Canuto, a Escola Campo Verde, como foi denominada, no início funcionava com mais ou menos 25 a 26 alunos, os meninos ficavam todos sentados do lado de uma mesa grande em um banco, porque não tinha carteira ou sentava no chão. Ele destaca que:

Essa escola funcionava numa casa grande que era do seu Miguel Modesto e que doou a sala da casa dele para funcionar a sala de aula. No primeiro ano, eu trabalhei dando aula e como não tinha merendeira, então as vezes a gente tirava uma ou duas alunas para fazer a merenda ou às vezes era eu mesmo (CANUTO).

Desse modo, a Escola Campo Verde foi fundada pela necessidade das nossas famílias, pois não existia escola próxima e para as crianças estudarem era preciso andar, atravessar de canoa para o outro lado rio e andar mais ainda. As crianças não sabiam nadar, fora que muitos pais não tinham como levar as crianças porque eram agricultores e estavam na lida. Desse modo Maria de Jesus comenta no trecho a seguir.

Os pais reuniram e fundaram uma escola que funcionava na casa de uma família por que não existia prédio, foi assim que em 1979 foi fundado a escola, funcionava na casa do senhor Miguel Modesto e o primeiro professor foi o Canuto Cordeiro ele trabalhou um ano e em dia 3 de março de 1981e, eu Maria de Jesus comecei trabalhar com 69 alunos em multisseriado. Eu me sentia muito bem, muito apoiada pelos alunos, pelos pais e responsável até o dia de hoje, todos eles têm consideração comigo. Trabalhei 5 anos nessa casa de família que era escola (MARIA).

Nesse sentido, só depois de um tempo que o prefeito comprou uma casa que era do senhor Amadeus e a transformaram numa escola. Nessa época, ela era cercada de tábua travessada e com passar do tempo, mais ou menos entre 1988 ou 1990 foi construído uma nova escola também de madeira. Ela só tinha a sala e cozinha. Segundo o depoimento e Maria essa escola depois foi ampliada, mas continuou de madeira, “funcionava duas turmas, uma do fundamental menor e outra da educação infantil de modo seriado”.

Nessa época, Maria que continuava a professora da escola, teve como colega a professora Maria da Conceição e depois que ela saiu entrou a Maria Selma. Não existia merendeira ou diretora e sempre foi a Maria que cuidava de tudo. Com o passar do tempo com a entrada de um novo prefeito, outra escola foi erguida, agora de alvenaria, com sala cozinha e banheiro. Maria dizia: *“Não tinha refeitório, mas nós estávamos num rio de beleza; nos sentíamos a pessoa mais importante, foi uma alegria, estamos até hoje nessa escola. Tenho orgulho dessa escola e dos alunos e tenho pena de deixar”*.

Maria deixa claro sua preocupação em *deixar a escola*, pois já está se aposentando, em sua fala aconselha que *“zelem pelo prédio da escola, pois foi construído na luta, mas também menciona que tem orgulho, pois a gora já tem funcionário que foi aluno, tem alunos na universidade formado e formando e termina agradecendo o prefeito que olhou a dificuldade das famílias do Campo Verde na época”*

Outra pessoa que mencionou a luta para construir o colégio foi Miguel. Dizia ele: *“no começo não tinha crianças suficiente para estudar, então não dava para construir o colégio”*. Por conta disso, ele como coordenador foi muito pressionado pela comunidade e pelas pessoas da cidade responsáveis pela educação no município. Segundo suas palavras no trecho a seguir *“um dia”* foi possível e tudo aconteceu.

[...] até que um dia deu uma direção. No tempo do primeiro mandato do Valmir prefeito foi feito esse colegozinho que dava para lecionar, pois agora sim podiam construí o colégio e daí por diante graças a Deus fui buscando professores junto com a Maria de Jesus que já trabalhava quinze anos ou mais. Ela deu aula vinte anos e assim foi até o ponto que está através de união do povo da colaboração de todos, porque se não tiver colaboração e união com ajuda de Deus nada vai pra frente (MIGUEL).

Para Benilson, a luta da ARQUNEC para a implementação da escola foi o que mais lhe marcou, uma vez que para ele *“é um privilégio depois de tanta luta ter um colégio dentro do próprio território”*, fazendo menção que nem todos os territórios quilombola tem essa possibilidade. Do mesmo modo, Alice destaca essa luta, como uma das mais importante e marcantes (Figura 6), depois da conquista do reconhecimento e da titulação do território. Em suas palavras lembra que *“as crianças saiam do território para estudarem o ensino fundamental maior do sexto ao nono ano e o ensino médio em outra comunidade bem distante cerca de 10km do território”*, por esta razão:

Solicitamos ao presidente da ARQUNEC um ofício para levar a diretora da escola pedindo que formasse um turno na parte do dia, pois nossos filhos foram matriculados a noite e tinha menores de 14 anos. A diretora não aceitou dizendo que se quiséssemos um turno diferente fossemos pedir ao promotor, pois as crianças já estavam matriculadas ou enchêssemos um trator, caminhão e ônibus e fossemos até a SEDUC procurar nossos direitos. Foi o que fizemos (ALICE).

Figura 6 – Reunião com a diretora e Manifestação



Fonte: acervo de Alice

Desse modo, a luta pela Educação no Quilombo Campo Verde engrossou, enchemos “trator, caminhão e ônibus”, juntamos as comunidades associadas a ARQUINEC, pessoas da cidade e fomos para frente da escola Amábilio Alves Pereira, onde a diretora trabalhava, na prefeitura, na porta da câmara dos vereadores e fizemos manifestações em favor de educação quilombola e em favor dos nossos filhos, como mostram as fotografias (Figura 7) a seguir cedidas por Alice.

Figura 7 – Imagens da manifestação na cidade



Fonte: acervo particular Alice

Na sequência, segundo Alice a diretora foi para a delegacia e abriu processo contra o presidente da ARQUINEC no ato José Francisco, que agora representava o seguinte posi-

cionamento da comunidade: *Nós agora queríamos uma escola dentro do Território e não apenas que nossos filhos estudassem de dia (ALICE).*

No total foram feitas mais de oito viagens para a SEDUC, afim de resolver a questão. Lá fomos atendidos por diversas pessoas entre elas: Professora Joana, Professor Hamilton, Professora Aline, Professora Maria do SOME e por último o secretário, Professor Licurgo Brito e assim no dia 27 de abril de 2014, sentamos o primeiro tijolo da nossa escola e no dia 18/08/2014 começou a funcionar o ensino do sexto ao nono ano modular com autorização do prefeito e depois o ensino médio como o SOME (ALICE).

Outra luta travada, depois da implantação do colégio, diz respeito a colocar os professores e profissionais do próprio quilombo para trabalhar na escola. Alice menciona que:

Para o governo e a SEDUC dissemos que doaríamos o espaço do colégio, construído com nossos esforços, mas queríamos que eles contratassem nossos profissionais e os alunos do processo seletivo especial (PSE) que foram estudar na Universidade Federal do Pará que já haviam retornado ao território e eles contrataram (ALICE)

Essa é uma bandeira de luta as ARQUINEC, atualmente a Escola Municipal de Ensino fundamental Quilombo de Campo Verde funciona com a educação infantil, o ensino fundamental do 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano e ainda o ensino médio, possui sete escolas anexas, são elas: Estácio de Sá (com. Catanduva), Sagrada família (Com. Santa Maria no assentamento), Boa vista (Com. Dona), N.S. de Nazaré, N.S. da Conceição, S. José e S. Benedito I (todos na Com. Ipanema). O prédio conta com 4 salas, 4 banheiros, 1 secretaria, 1 refeitório, 1 copa, 2 passarelas; dos 30 professores que lecionam, apenas 3 não são do quilombo, tem 1 diretora, 1 secretário e 1 vigilante. A escola conta ainda, com 3 ônibus escolares, 2 lanchas escolares e 1 rabeta que assim como a escola são propriedades da ARQUINEC. A escola tem como lema: Igualdade, responsabilidade, consciência, respeito e liberdade (Figura 8).

Figura 8 – Logo da E.M.E.F. E Anexas Quilombo de Campo Verde



Fonte: ARQUINEC

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, não teve a intenção de apurar todos os artefatos históricos da ARQUINEC e suas lutas, mas apresentar com o olhar dos comunitárias trechos importantes desse percurso que marcaram suas memórias para que fique registrados de modo especial na comunidade Quilombo de campo Verde suas ações.

Nesse sentido, para apresentar as lutas e conquistas relacionadas a Educação no Quilombo Campo Verde expressas em narrativas orais dos comunitários, criamos duas categorias para a analisar, os resultados revelaram que a ARQUINEC desde sua fundação foi atravessada pela educação, no que os comunitários sem exceção mencionaram a alfabetização de adultos com base freiriana, promovidas pelo “círculo de cultura” por meio da CPT Guajarina. Esta foi essencial para que eles mesmos se reconhecessem e buscassem o amparo na lei para o reconhecimento de que são remanescentes de quilombo e por isso tem direito a reparação com a titulação das terras de forma coletiva e todo os outros direitos que lhes foram negados no passado.

Eles têm consciências das lutas travadas e se sentem fortalecidos pela forma que escolheram viver e ainda estão dispostos a lutar pelo que for necessário a comunidade. Sendo assim, a ARQUINEC tem papel fundamental nesse processo. Organizada desde sua fundação com pessoas conscientes de seus direitos e na busca constate de fazer conhecer a todos a importância de sua luta, de seus direitos e na conquista de oportunidades para mudarem suas vidas. Na proteção de seu território contra grandes empresas e invasores que não sabem que é preciso preservar para poder viver e ter liberdade para expressar sua própria identidade e cultura.

O caminho que descobriram desde o início para resistir e vencer foi a educação. Lutaram pela implantação, manutenção e agora lutam pelo desenvolvimento da educação quilombola dentro do território, uma educação que contemple seus modos de vidas e identidade. Compreendo que essa luta é muito mais que um sinal de resistência é a própria sobrevivência e continuidade da comunidade. Concluo dizendo que as conquistas e vitórias da ARQUINEC mencionadas por todos são importantes, mas o que marca é descobrir por seus depoimentos que atualmente a comunidade tem 53 estudantes na Universidade Federal do Pará, fora aqueles que já retornaram e estão engajados na comunidade. Assim, reafirmo “onde houve escravidão houve resistência” e onde houver luta, haverá vitória. A educação pode mudar as pessoas e estas realmente podem mudar o mundo.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Cristiane Bartz de. **Estado Gerencial, BNCC e a Escola: o currículo com foco na Educação Escolar Quilombola em uma escola de ensino fundamental em Pelotas/RS** / Cristiane Bartz de Ávila; Álvaro Luiz Moreira Hypolito, orientador; Simone Gonçalves da Silva, coorientadora. **Tese (Doutorado)**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas, 2020. 200 f.

BRASIL, Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 8/2020**, aprovado em 10 de dezembro de 2020 – Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB Nº 3/2021**, aprovado em 13 de maio de 2021. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica **Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Aprovado em 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=191141-pceb-003-21&category_slug=junho-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20/07/2022.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 23/06/2022.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf>. Acesso em: 20/07/2022.

BOLETIM INFORMATIVO Nº 9, Nova Cartografia Social da Amazônia: Guerra do Dendê. 2014.

CAMARGO, Brígido Vizeu, JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software IRAMUTEQ**. (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) Laboratório da psicologia da comunicação e cognição (LACCOS) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021. Disponível em: <http://www.IRAMUTEQ.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em jan. 2022.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa Narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. 2ªed. rev. Uberlândia: EDUFU. 2015. 250p.

CPT- Comissão Pastoral da Terra. Histórico: **o nascimento da CPT**. 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso: 13/06/2022.

MALCHER, Maria Albenize Farias. **Territorialidade e Identidade dos Grupos Negros Rurais: Um Estudo da Comunidade Quilombola do Igarapé Cravo em Concórdia do Pará.** XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009. Disponível em: https://www.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_353c41adf35e721fc9e2240d3fc504e3.pdf. Acesso em: 20/07/2022.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. **Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação.** In.: DANTAS, Carolina Viana; Mattos, Hebe, Abreu, Martha (Orgs.). *O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas.* 1ª ed. - Rio Janeiro: Objetiva, 2012. 166p.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e Cultura Afro-brasileira.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. 212p.

MORAES, Roque. GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva** – Ijuí: Ed. Unijuí, 3. ed. rev. e ampl. 2016. – 264 p. – (Coleção educação em ciências). E-book ISBN 978-65-86074-19-2 (digital).

RIBEIRO Lissandra Cordeiro; SCHMITZ, Heribert. Associações quilombolas e resistência à agroindústria do dendê na Amazônia paraense. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales.** maio/2018. 2018 Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2018/05/resistencia-agroindustria.html>. Acesso em: 21/06/2022.

SALVIATI, M. E. **Manual Do Aplicativo IRAMUTEQ,** 2017. Disponível em <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 20/08/2021.

SANTANA Rosiete Marcos. O ontem e o hoje na dinâmica territorial de um quilombo. XIV Encontro Nacional de História Oral. **Anais.** 2018 Disponível em: . Acesso em: 20/07/2022.

SILVA, Daniel Neves. Quilombo dos Palmares. **Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasil escola.uol.com.br/historiab/quilombo-dos-palmares.htm>. Acesso em 25 de agosto de 2022.

SILVEIRA, Gilvando Souza; FERREIRA FILHO, Sérgio Luiz Cortinhas: Políticas públicas e comunidades quilombolas: estudo sobre a associação dos remanescentes de Quilombolas em Concórdia do Pará (ARQUINEC. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales,** n. 29 (julio-septiembre de 2015). 2015 disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2015/03/quilombolas.htm>. Acesso em 27/06/2022.

SOUZA, Laura Oliveira Carneiro de. **Quilombos: identidade e história.** 1ª ed. – Rio de Janeiro. Nova fronteira, 2012. 134p.

SOBRE OS AUTORES/ORGANIZADORES

Maria Raimunda Nogueira Ferreira



Professora licenciada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2021). Militante do movimento quilombola, faz parte da Comissão da implantação da Escola quilombola Quilombo de Campo Verde dentro de seu território. Mãe de seis filhos, cinco desses graduados pela mesma Instituição (UFPA). Possui experiência na área do ensino de Língua Portuguesa e Redação, atualmente atua como professora do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos pelo Município de Concórdia do Pará.

José Francisco Maciel da Silva



Professor licenciado em Educação Integrada em Ciências, Matemáticas e Linguagens (FEMCI/IEMCI/UFPA) pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2021). Militante do Movimento quilombola, foi em vários mandatos e é o atual presidente da ARQUINEC. Faz parte da Comissão da implantação da Escola Quilombola Quilombo de Campo Verde dentro de seu território. Casado pai de 3 filhos, atualmente todos eles estudantes da UFPA. Desenvolve atividades na área de Ciências, Matemáticas e Linguagens, anos iniciais e EJA no ensino fundamental pelo Município de Concórdia do Pará.

Cleide Maria Velasco Magno



Doutora (2023) e Mestre (2017) em Educação em Ciências e Matemáticas formada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências e Matemáticas (PPGECM/IEMCI/UFPA); Licenciada (2014) em Educação Integrada em Ciências, Matemáticas e Linguagens (FEMCI/IEMCI/UFPA). Tem experiência na área de Ciências, Matemáticas e Linguagens, anos iniciais e EJA no ensino fundamental, e no ensino superior na Formação de Professores em graduação e pós-graduação. Desenvolveu atividades no Laboratório de Ensino de atividades lúdicas - LUDLAB/IEMCI/UFPA e entre os interesses estão a Formação integral e integrada de Professores, a Pesquisa Narrativa, o uso do Software IRAMUTEQ e Clubes de Ciências.

URL Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7428422346433907>

Terezinha Valim Oliver Gonçalves



Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2000); Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Estadual de Campinas (1981); Especialista em Ecologia Humana na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Licenciada em Ciências Biológicas e em História Natural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1975). É professora Titular da Universidade Federal do Pará, iniciou

carreira em 1979. Criou o Clube de Ciências da UFPA, em 1979. É pesquisadora na área de Educação em Ciências, atua na formação de professores, ensino de ciências, formação inicial, pesquisa narrativa e ensino com pesquisa. Coordenou o Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemáticas da UFPA (PPGECM), de 2002 a 2008. Foi Diretora Geral do Instituto de Educação Matemática e Científica (2003 a 2011). Coordenou o Polo Acadêmico da UFPA do doutorado em rede da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática - REAMEC (2010 a 2016 e 2021). Foi coordenadora do Mestrado Profissional Docência em Educação em Ciências e Matemáticas (PPGDOC) de 2014 a 2019. É docente e orientadora de mestrado e doutorado nos três Programas supracitados

URL Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0496932429575513>

Elinete Oliveira Raposo



Doutorado(2017) e Mestrado(2004) em Educação em Ciências e Matemáticas pelo Instituto de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará (IEMCI/UFPA); é Especialista em Educação Problemas Regionais (2000) pelo Instituto de Ciências da Educação (ICED/UFPA) e tem sua formação Inicial em Licenciatura Plena em Física (1998) pela UFPA. Atualmente é Professor Adjunto da UFPA, lotada no IEMCI, atuando na Faculdade de Educação Matemática e Científica (FEMCI) e no Programa de Pós-Graduação em Docência em Educação em Ciências e Matemáticas (PPGDOC). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação em ciências, contribuindo principalmente nos seguintes temas: ensino de Física, processos de ensino e aprendizagem, formação inicial e continuada de professores, abordagem CTS/CTSA, questões socioambientais e sócio-científicas, educação em ciências para o contexto amazônico e educação para a sustentabilidade.

URL Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6737474841439654>

QUILOMBO CAMPO VERDE: MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

No cenário educacional contemporâneo, a busca por práticas que promovam a inclusão, a diversidade e a transformação social têm se tornado cada vez mais relevante. Nesse contexto, a presente obra é resultante de uma formação pautada em uma prática sociodiscursiva e interdisciplinar da qual emergem abordagens fundamentais que buscam desafiar e desconstruir as estruturas de poder, colonialismo e opressão presentes nos sistemas educacionais, para construir uma educação mais inclusiva e contextualizada.

Nesse sentido, a história do Quilombo Campo Verde narrada em dois capítulos dá a conhecer que ele representa não apenas um espaço físico, mas uma encarnação viva da memória coletiva, identidade e resistência do povo afrodescendente. Localizado em um cenário rústico e exuberante no interior do Estado do Pará, suas raízes se entrelaçam com a história do Brasil, marcada pela luta contra a opressão e a busca pela liberdade, na qual a educação se tornou instrumento de resistência.

Organizadoras

RFB Editora
CNPJ: 39.242.488/0001-07
91985661194

www.rfbeditora.com
adm@rfbeditora.com

Tv. Quintino Bocaiúva, 2301, Sala 713, Batista Campos,
Belém - PA, CEP: 66045-315

